

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	7
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	8
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	16
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	17
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	21
---	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	122
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	127
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	128
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	129

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	8.986.334
Preferenciais	11.293.747
Total	20.280.081
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	628.803	695.859	641.418
1.01	Ativo Circulante	530	3.838	5.426
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3	676	2.289
1.01.06	Tributos a Recuperar	403	1.904	2.095
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	403	1.904	2.095
1.01.07	Despesas Antecipadas	104	123	108
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20	1.135	934
1.01.08.03	Outros	20	1.135	934
1.02	Ativo Não Circulante	628.273	692.021	635.992
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	607.085	628.821	573.076
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	606.891	628.486	572.774
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	179.101	235.714	127.430
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	285.772	245.344	232.851
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	142.018	147.428	212.493
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	194	335	302
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	194	335	302
1.02.02	Investimentos	20.801	62.782	62.337
1.02.02.01	Participações Societárias	15.503	57.484	57.039
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	15.503	57.484	57.039
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.298	5.298	5.298
1.02.03	Imobilizado	128	154	254
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	128	154	254
1.02.04	Intangível	259	264	325
1.02.04.01	Intangíveis	259	264	325

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	628.803	695.859	641.418
2.01	Passivo Circulante	74.809	51.597	37.372
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	544	562	515
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	544	562	515
2.01.02	Fornecedores	4.060	1.587	1.046
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.060	1.587	1.046
2.01.03	Obrigações Fiscais	49.727	32.852	22.116
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	49.727	32.849	22.116
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	49.727	32.849	22.116
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	3	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	20.444	16.565	13.695
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	20.444	16.565	13.695
2.01.05	Outras Obrigações	34	31	0
2.02	Passivo Não Circulante	669.530	444.820	248.695
2.02.02	Outras Obrigações	1.459	72.420	64.639
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.373	72.316	64.635
2.02.02.02	Outros	86	104	4
2.02.04	Provisões	668.071	372.400	184.056
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.318	1.157	1.564
2.02.04.02	Outras Provisões	666.753	371.243	182.492
2.03	Patrimônio Líquido	-115.536	199.442	355.351
2.03.01	Capital Social Realizado	855.828	855.828	855.811
2.03.02	Reservas de Capital	543.916	543.916	543.916
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.515.280	-1.200.302	-1.044.376

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-357.876	-207.430	-175.362
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.925	-13.789	-13.021
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-40.996	640	-18.789
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-295.955	-194.281	-143.552
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-357.876	-207.430	-175.362
3.06	Resultado Financeiro	50.633	63.443	31.592
3.06.01	Receitas Financeiras	67.160	79.514	58.492
3.06.02	Despesas Financeiras	-16.527	-16.071	-26.900
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-307.243	-143.987	-143.770
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.735	-11.939	12.651
3.08.01	Corrente	0	0	-1.462
3.08.02	Diferido	0	0	14.113
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-314.978	-155.926	-131.119
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-314.978	-155.926	-131.119
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,01471	-0,00728	-0,00612
3.99.01.02	PNA	-0,01628	-0,00801	-0,00678
3.99.01.03	PNC	-0,0161	-0,00797	-0,0067
3.99.01.04	PND	-0,01593	-0,00789	-0,00663

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-314.978	-155.926	-131.119
4.03	Resultado Abrangente do Período	-314.978	-155.926	-131.119

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-14.136	-16.548	-42.822
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1	-6.098	-168
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	13.464	21.033	45.273
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-673	-1.613	2.283
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	676	2.289	6
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3	676	2.289

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	855.828	465.801	78.115	-1.200.302	0	199.442
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.828	465.801	78.115	-1.200.302	0	199.442
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-314.978	0	-314.978
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.828	465.801	78.115	-1.515.280	0	-115.536

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	855.811	465.801	78.115	-1.044.376	0	355.351
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.811	465.801	78.115	-1.044.376	0	355.351
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17	0	0	0	0	17
5.04.01	Aumentos de Capital	17	0	0	0	0	17
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-155.926	0	-155.926
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.828	465.801	78.115	-1.200.302	0	199.442

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	647.314	465.801	78.115	-913.257	0	277.973
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	647.314	465.801	78.115	-913.257	0	277.973
5.04	Transações de Capital com os Sócios	208.497	0	0	0	0	208.497
5.04.01	Aumentos de Capital	208.497	0	0	0	0	208.497
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-131.119	0	-131.119
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	855.811	465.801	78.115	-1.044.376	0	355.351

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	542	0	0
7.01.02	Outras Receitas	542	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-55.376	-6.196	-27.801
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.832	-5.001	-3.874
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-41.544	-1.195	-23.927
7.03	Valor Adicionado Bruto	-54.834	-6.196	-27.801
7.04	Retenções	-33	-247	-126
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33	-247	-126
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-54.867	-6.443	-27.927
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-228.096	-114.766	-85.102
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-295.255	-194.281	-143.552
7.06.02	Receitas Financeiras	67.159	79.515	58.450
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-282.963	-121.209	-113.029
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-282.963	-121.209	-113.029
7.08.01	Pessoal	1.900	1.857	1.663
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.699	17.548	-6.962
7.08.02.01	Federais	18.672	17.521	-6.990
7.08.02.02	Estaduais	0	1	1
7.08.02.03	Municipais	27	26	27
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.116	15.312	23.389
7.08.03.02	Aluguéis	1.369	1.517	1.872
7.08.03.03	Outras	9.747	13.795	21.517
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-314.678	-155.926	-131.119

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	1.016.090	1.148.411	1.123.781
1.01	Ativo Circulante	182.732	191.673	190.220
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	282	706	3.306
1.01.03	Contas a Receber	149.427	159.360	165.918
1.01.03.01	Clientes	135.115	145.964	153.379
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	14.312	13.396	12.539
1.01.04	Estoques	8.999	16.062	7.763
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.663	11.325	11.190
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.663	11.325	11.190
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.361	4.220	2.043
1.01.08.03	Outros	13.361	4.220	2.043
1.02	Ativo Não Circulante	833.358	956.738	933.561
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	784.848	753.741	721.176
1.02.02	Investimentos	5.298	5.298	5.298
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.298	5.298	5.298
1.02.03	Imobilizado	27.414	27.978	26.062
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	27.414	27.978	26.062
1.02.04	Intangível	15.798	169.721	181.025
1.02.04.01	Intangíveis	15.798	169.721	181.025

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	1.016.090	1.148.411	1.123.781
2.01	Passivo Circulante	974.416	833.797	713.675
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	735	710	672
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	735	710	672
2.01.02	Fornecedores	295.643	273.182	226.625
2.01.03	Obrigações Fiscais	64.071	47.691	36.173
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	602.823	509.530	449.414
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	582.379	492.965	435.719
2.01.04.02	Debêntures	20.444	16.565	13.695
2.01.05	Outras Obrigações	11.144	2.684	791
2.02	Passivo Não Circulante	161.947	117.525	56.005
2.02.02	Outras Obrigações	111	15.208	22.883
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	25	10	11
2.02.02.02	Outros	86	15.198	22.872
2.02.04	Provisões	161.836	102.317	33.122
2.02.04.02	Outras Provisões	161.836	102.317	33.122
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-120.273	197.089	354.101
2.03.01	Capital Social Realizado	855.828	855.828	855.811
2.03.02	Reservas de Capital	543.916	543.916	543.916
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.515.280	-1.200.302	-1.044.376
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-4.737	-2.353	-1.250

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	47.366	57.355	54.199
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-27.930	-22.941	-24.541
3.03	Resultado Bruto	19.436	34.414	29.658
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-239.271	-109.870	-117.599
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.892	-29.541	-39.111
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-153.314	-10.045	-31.408
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-50.065	-70.284	-47.080
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-219.835	-75.456	-87.941
3.06	Resultado Financeiro	-89.792	-69.633	-60.012
3.06.01	Receitas Financeiras	81.951	81.097	67.037
3.06.02	Despesas Financeiras	-171.743	-150.730	-127.049
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-309.627	-145.089	-147.953
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.735	-11.939	16.152
3.08.01	Corrente	0	0	-1.462
3.08.02	Diferido	0	0	17.614
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-317.362	-157.028	-131.801
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	2.384	1.102	682
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-314.978	-155.926	-131.119
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-317.362	-157.028	-131.801
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.384	1.102	682
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,01471	0,00728	-0,00612
3.99.01.02	PNA	-0,01628	-0,00801	-0,00678
3.99.01.03	PNC	-0,0161	-0,00797	-0,0067
3.99.01.04	PND	-0,01593	-0,00789	-0,00663

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-314.978	-155.926	-131.119
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-314.978	-155.926	-131.119
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-317.362	-157.028	-131.801
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	2.384	1.102	682

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.148	28.161	-5.704
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2	-6.095	-1.041
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.728	-24.666	7.818
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-422	-2.600	1.073
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	704	3.306	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	282	706	1.073

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	855.828	465.801	78.115	-1.200.302	0	199.442	-2.353	197.089
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.828	465.801	78.115	-1.200.302	0	199.442	-2.353	197.089
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-314.978	0	-314.978	-2.384	-317.362
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.828	465.801	78.115	-1.515.280	0	-115.536	-4.737	-120.273

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	855.811	465.801	78.115	-1.044.376	0	355.351	-1.250	354.101
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	855.811	465.801	78.115	-1.044.376	0	355.351	-1.250	354.101
5.04	Transações de Capital com os Sócios	17	0	0	0	0	17	0	17
5.04.01	Aumentos de Capital	17	0	0	0	0	17	0	17
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-155.926	0	-155.926	-1.103	-157.029
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.828	465.801	78.115	-1.200.302	0	199.442	-2.353	197.089

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	647.314	465.801	78.115	-913.257	0	277.973	-568	277.405
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	647.314	465.801	78.115	-913.257	0	277.973	-568	277.405
5.04	Transações de Capital com os Sócios	208.497	0	0	0	0	208.497	0	208.497
5.04.01	Aumentos de Capital	208.497	0	0	0	0	208.497	0	208.497
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-131.119	0	-131.119	-682	-131.801
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.811	465.801	78.115	-1.044.376	0	355.351	-1.250	354.101

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	108.565	102.252	97.937
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	91.985	101.577	97.932
7.01.02	Outras Receitas	16.580	675	5
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-217.502	-48.759	-71.721
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-54.563	-48.250	-45.272
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-153.011	-38	-26.449
7.02.04	Outros	-9.928	-471	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-108.937	53.493	26.216
7.04	Retenções	-36	-251	-13.420
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-36	-251	-13.420
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-108.973	53.242	12.796
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.882	10.814	19.914
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-50.065	-70.284	-47.081
7.06.02	Receitas Financeiras	81.947	81.098	66.995
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-77.091	64.056	32.710
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-77.091	64.056	32.710
7.08.01	Pessoal	5.345	4.931	4.293
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.461	2.217	1.892
7.08.01.02	Benefícios	563	678	564
7.08.01.03	F.G.T.S.	421	179	174
7.08.01.04	Outros	1.900	1.857	1.663
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	69.248	65.561	36.263
7.08.02.01	Federais	34.914	33.235	5.417
7.08.02.02	Estaduais	34.306	32.301	30.819
7.08.02.03	Municipais	28	25	27
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	165.678	150.592	123.955
7.08.03.02	Aluguéis	5.157	4.920	4.937
7.08.03.03	Outras	160.521	145.672	119.018

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-317.362	-157.028	-131.801
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-314.978	-155.926	-131.119
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-2.384	-1.102	-682

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Multiner – Relatório da Administração 2016

São Paulo, 31 de março de 2017 – Multiner S.A. – “Multiner” ou “Companhia” anuncia os resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e ao quarto trimestre de 2016 (“4T16”). As informações financeiras e operacionais descritas a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em bases consolidadas e em milhares de Reais (R\$) de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS), e incluem as subsidiárias diretas da Companhia e suas respectivas subsidiárias e filiais.

Aos Senhores Acionistas,

A Administração da Multiner S.A. (“Multiner” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

As Demonstrações Financeiras da Multiner são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, substancialmente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Diretoria

Edésio Alves Nunes Filho
Diretor Presidente

Emiliano Stipanovic Spyer
Rezende
Diretor de Relações com Investidores

Alexandre Santos de Moura
Leite
Diretor Técnico

Relações com Investidores

Fernando Cruz
Analista de Relações com Investidores

Cláudio Cardoso
Gerente de Contabilidade

ri@multiner.com.br
Tel.: (11) 4380-9250

Visite nosso site
www.multiner.com.br

Assessoria de Imprensa
Insight Comunicação
Contato: Vânia Santos
Tel: (21) 2509-5399

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

A Multiner S.A (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo – Brasil, que detêm autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

No ano de 2016, a Companhia e seu corpo diretivo envidaram esforços para (i) incrementar a eficiência operacional dos ativos de geração diante do cenário de despacho ininterrupto; (ii) adotar medidas com objetivo de alcançar a redução de dívida e o aumento de caixa; (iii) elaborar e aplicar as políticas e códigos que favoreçam a adoção de práticas de governança corporativa.

MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA EM 2016

Em 2016, o consumo nacional de energia elétrica atendido pela rede atingiu 460.001 GWh com declínio de 0,9% em relação ao ano de 2015.

O cenário econômico desfavorável, o agravamento das condições de emprego e renda e as altas tarifas de eletricidade impactaram negativamente o mercado, principalmente a indústria:

O consumo de energia elétrica nas indústrias fechou 2016 com recuo de 2,9% em relação ao ano anterior, totalizando 164.034 GWh, em função do cenário desfavorável de atividade industrial em quase todos os segmentos. São Paulo e Espírito Santo, estão entre os estados com as maiores reduções de consumo.

O consumo residencial em 2016, que totalizou 132,893 GWh, apresentou acréscimo de 1,4% em relação ao ano de 2015. Em termos regionais, coube ao Norte a principal contribuição para o resultado positivo da classe, pois na região o consumo cresceu 4,0%. Também se destaca o crescimento na região Sul (1,8%) e no Sudeste (0,3%), onde em 2015 encerraram o ano com forte retração.

Vale salientar, também, que a expansão de unidades consumidoras residenciais registrou crescimento de apenas 2,4% em relação a dezembro de 2015, resultado aquém do histórico de 3,5%, em média, desde 2004.

A classe de comércio e serviços, apresentou um resultado negativo com recuo de 2,5%, em relação à 2015, totalizando consumo de 88.185 GWh. O baixo crescimento se deveu ao contexto econômico desfavorável com deterioração no emprego, decréscimo na massa de rendimento real e aumento nos preços da eletricidade para a classe comercial/serviço. Todavia, entre as regiões, destacam-se o crescimento do consumo no Norte (3,1%) e Nordeste (1,6%).

Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL 4T e 2016

Parque Gerador

A Multiner S.A possui um parque gerador composto por 02 usinas operacionais: Parque Eólico Alegria e Usina Termelétrica Cristiano Rocha - RAESA.

Empreendimento	Localização	Fonte	Capacidade Instalada (MW)	Início Operação Comercial	Término da Autorização
UTE Cristiano Rocha	Manaus/AM	Óleo Combustível + Gás Natural	85	16/11/2006	20/05/2025
Total Fonte Termelétrica			85		
UEE Alegria I	Guamaré/RN	Eólica	51,15	30/12/2010	30/12/2030
UEE Alegria II			100,65	30/12/2011	30/12/2031
Total Fonte Eólica			151,8		
Total			236,8		

Produção/ Geração

No ano de 2016, foram gerados 860.324 MWh, sendo 407.641 MWh gerados pela UEE Parque Alegria (Alegria I e II) e 452.683 MWh por Cristiano Rocha (RAESA).

A geração de energia observada em 2016 teve uma redução em comparação com a geração apresentada no ano de 2015, no valor de 123.346 MWh.

No quarto trimestre de 2016, a geração de energia elétrica nas usinas operadas pela Multiner foi de 51,55 MW médios. Do total gerado, a UEE Parque Alegria (Alegria I e II) foi responsável pela geração de 59,15 MW médios e a UTE Cristiano Rocha (RAESA) por 43,96 MW médios.

No ano de 2016, o Parque Eólico Alegria I e II foi capaz de gerar excedente de 32,9 GWh em relação a energia contratada. Através desta geração excedente, estima-se que ocorra um ajuste positivo ("bônus") no valor aproximado de R\$ 8 milhões, a serem recebidos em 2017, equivalentes a cerca de X% do valor da Receita Total anual.

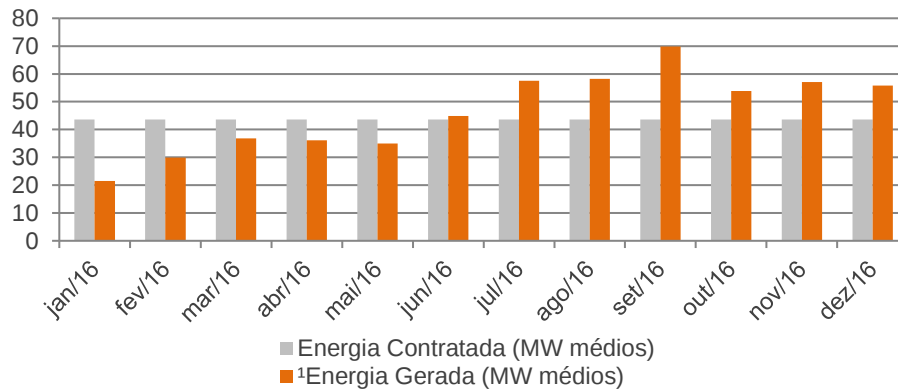
A utilização do PMS - Performance Monitoring System e CMS - Condition Monitoring System - no monitoramento da condição operativa das turbinas possibilitou a maximização da eficiência na geração de energia e a programação das manutenções corretivas para os períodos de vento fraco, fazendo com que a perda de geração fosse menor.

Para o ano de 2016, a disponibilidade da Central Eólica Alegria I foi de 98,62% e de Alegria II foi de 98,89%.

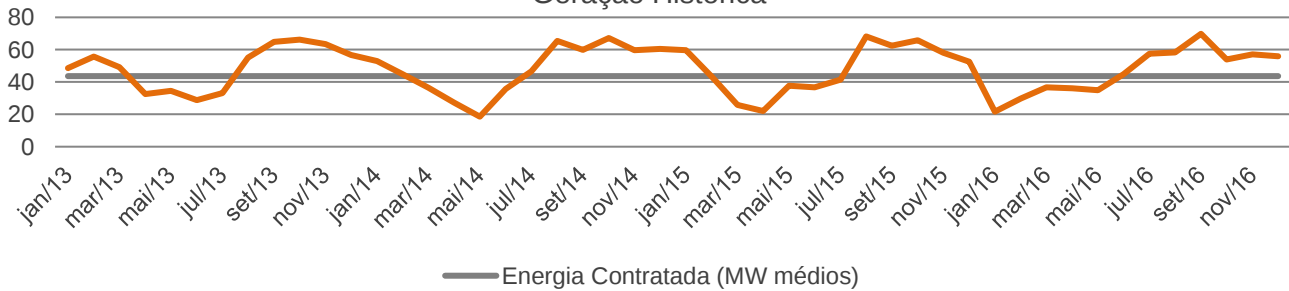
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Parque Eólico Alegria
Geração - 1 ano



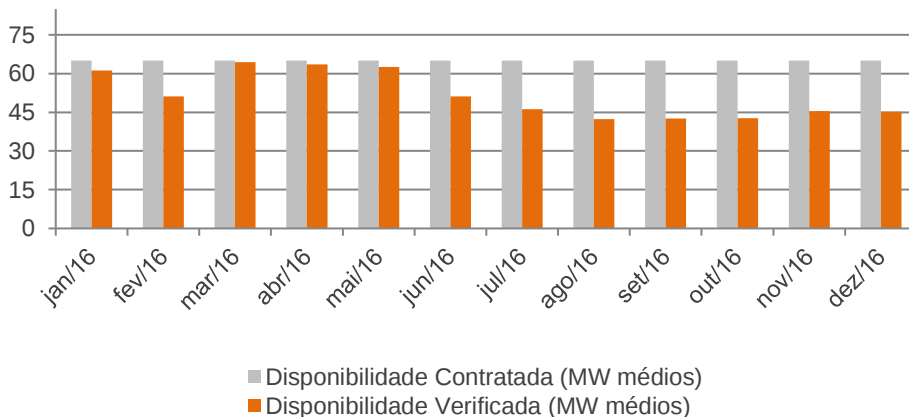
Parque Eólico Alegria
Geração Histórica



¹Energia gerada líquida para faturamento

É importante salientar que se observa, no Rio Grande do Norte, um período de chuvas característico da região, entre os meses de dezembro e abril, e, desta forma, a intensidade dos ventos é consideravelmente reduzida. Como consequência, observa-se uma redução na produção de energia eólica.

UTE Cristiano Rocha - RAESA
Disponibilidade - 1 ano

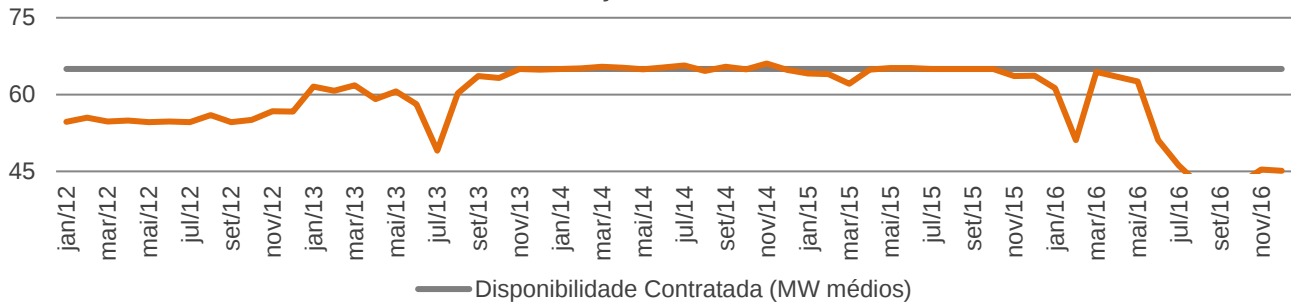


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



UTE Cristiano Rocha - RAESA

Geração Histórica



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Na tabela a seguir estão apresentados os resultados consolidados da Companhia, que incluem os resultados de suas subsidiárias diretas e suas respectivas subsidiárias e filiais.

(em milhares de R\$)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	4T16	4T15	4T16/4T15	12M16	12M15	9M16/9M15
Receita Líquida de vendas	748	16.052	-95,3%	47.366	57.355	-17,4%
Custo de Produção	2.298	(6.429)	-135,7%	(27.930)	(22.941)	21,7%
Lucro Bruto	3.046	9.623	-68,3%	19.436	34.414	-43,5%
Despesas Operacionais	(116.028)	(18.334)	532,9%	(189.206)	(39.586)	378,0%
Despesas Gerais e Administrativas	(17.480)	(16.660)	4,9%	(35.892)	(29.541)	21,5%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(98.548)	(1.674)	5787,0%	(153.314)	(10.045)	1426,3%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(112.982)	(8.711)	1197,0%	(169.770)	(5.172)	3182,5%
Financeiras Líquidas	(85.466)	(70.140)	21,9%	(89.792)	(69.633)	29,0%
Receitas Financeiras	17.375	1.766	883,9%	81.951	81.097	1,1%
Despesas Financeiras	(82.574)	(38.107)	116,7%	(171.743)	(150.730)	13,9%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(20.267)	(33.799)	-40,0%	(50.065)	(70.284)	-28,8%
Lucro antes dos impostos	(198.448)	(78.851)	151,7%	(309.627)	(145.089)	113,4%
Impostos e Contribuições	(3.451)	(11.939)	-71,1%	(7.735)	(11.939)	-35,2%
Lucro/ Prejuízo do exercício	(201.899)	(90.790)	122,4%	(317.362)	(157.028)	102,1%

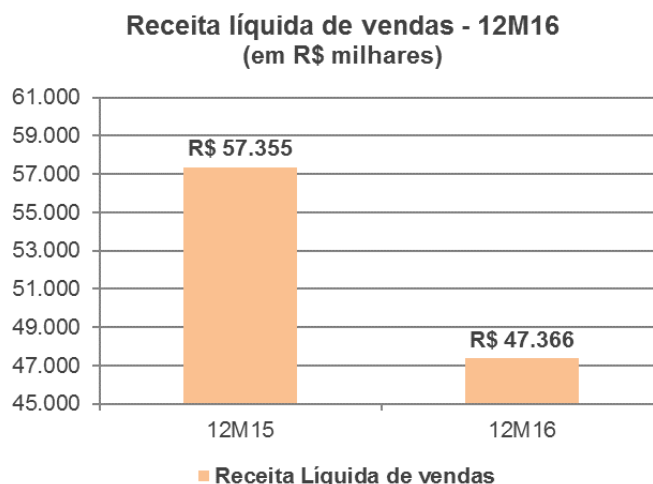
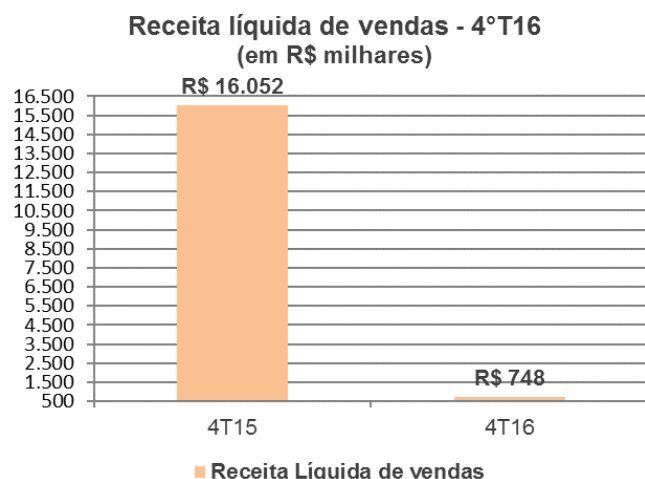
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

**Receita Líquida de Vendas**

(em milhares de R\$)

No 4T16, a receita líquida de vendas apresentou uma redução de um pouco mais de 95%, quando comparada ao quarto trimestre do ano anterior, passando de R\$ 16 milhões para R\$ 748 mil.

No ano de 2016 observou-se uma redução de 17% comparado ao ano de 2015. Na comparação entre o período do 4º trimestre de 2016 ante 4º trimestre de 2015, observou-se uma redução de 95% na receita Líquida de Vendas. No período, foi observado um aumento de 9% na receita fixa (potência garantida), enquanto a energia variável (Energia fornecida referente à O&M) reduziu 12%.

**Custos de Produção de Energia**

No ano de 2016, o custo de produção de energia apresentou um crescimento de 161,3%, passando de R\$ 23,7 milhões, em 2015, para R\$ 61,9 milhões, nos 12 meses de 2016.

O aumento no custo das vendas foi resultado de uma redução de 98% no custo de "Material de Consumo" e aumento no custo de Operação e Manutenção, com aumento de 18966% em Material para Manutenção, passando de R\$ 77.597,45 em dezembro de 2015 à R\$ 14.764.616,27 em dezembro de 2016.

No início de 2016 foi instalado tanque próprio, com capacidade para 35 m³, o que permitiu a Usina adquirir Óleo Combustível de outros fornecedores além da BR Distribuidora, como Mobil, Texaco e Shell, após análise de menos preço por litro e melhores condições de pagamento.

Adicionalmente, em 2016 houve Glosa de Potência Garantida de R\$ 8.386.391,10, totalizando durante o período de 2016 Glosa de R\$ 17.894.967,73 e Manutenção Preventiva de R\$ 2.609.287,90, aumentado assim, o crédito de PIS e Cofins no período.

O Crédito remanescente de PIS e Cofins para períodos posterior ficou em R\$ 6.291.759,47.

Lucro Bruto

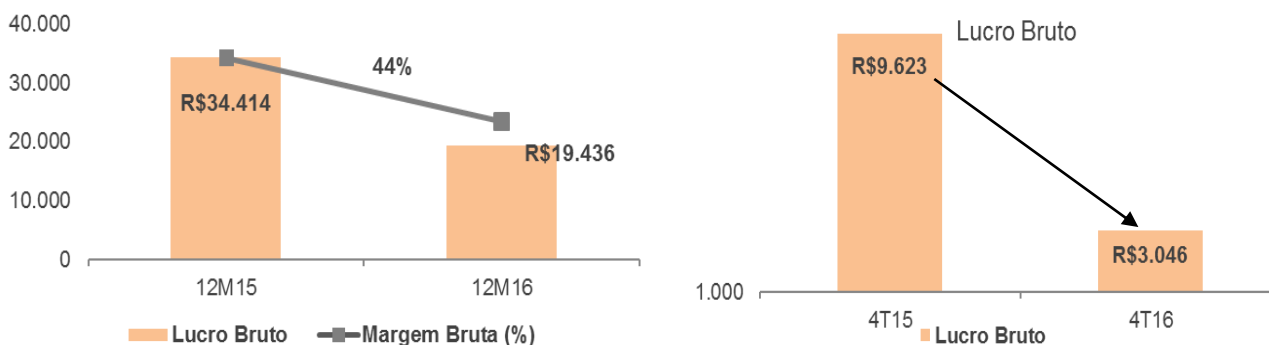
(em milhares de R\$)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



No 4º trimestre de 2016, o lucro bruto teve uma redução 68%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, resultado de um crescimento de 341,1% no Custo de produção e redução de 95% na Receita Líquida de Vendas.

Nos doze meses de 2016, o lucro bruto diminuiu 44% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, resultado da redução de 161% no Custo de produção, mesmo com redução de 17% na Receita Líquida de Vendas. A margem bruta apresentou 44% de redução no ano, ao compararmos com o ano de 2015.

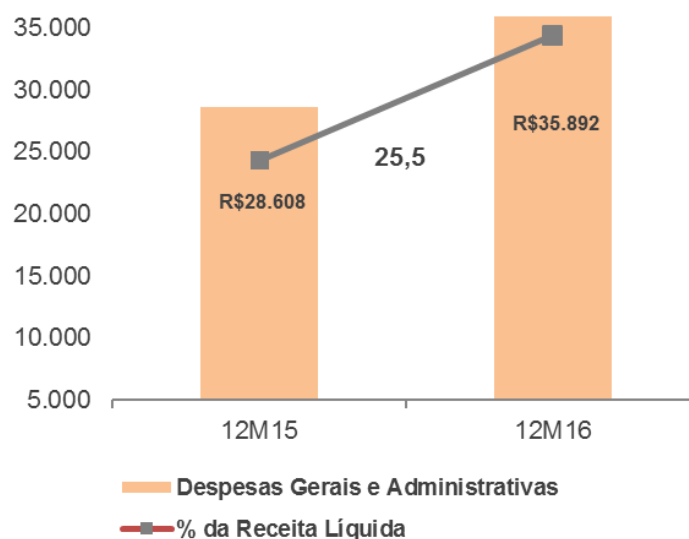


Despesas Gerais e Administrativas

(em milhares de R\$)

No ano de 2016, as despesas gerais e administrativas apresentaram um aumento de 25,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

A redução nas despesas administrativas pode ser explicada pela variação negativa em NEO Energia e Itapebi com Provisão de Contingências Cíveis e Despesas com Proc. Trabalhistas e Cíveis.



Resultado Financeiro

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A seguir segue o resultado financeiro líquido dos doze meses de 2016, comparado com o mesmo período de 2015 e 2014:

Resultado financeiro			
	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
RECEITA S/APLICAÇÃO FINANCEIRA	(447)	(463)	(334)
JUROS ATIVO SOBRE MUTUOS	(58.522)	(59.306)	(40.419)
JUROS ATIVOS FISCAIS	(4.760)	(4.050)	(3.451)
VARIAÇÃO CAMBIAL ATIVA	(4.251)	(2.667)	(6.804)
OUTRAS RECEITAS FINANCEIRAS	(60)	-	(3)
DESCONTOS OBTIDOS	(71)	(104)	(172)
JUROS S/ARRENDAMENTO	(13.623)	(14.500)	(15.321)
JUROS ATIVOS CONTRATUAIS	-	-	-
MULTAS ATIVOS CONTRATUAIS	(216)	-	(533)
Receita financeira	(81.950)	(81.090)	(67.037)
JUROS PASSIVOS CCBS	87.023	104.696	74.970
MULTAS FISCAIS	3.190	1.946	4.391
JUROS PASSIVOS SOBRE MUTUOS	7.302	11.043	3.015
JUROS S/DEBENTURES	3.879	2.870	11.092
DESPESAS BANCARIAS	26	22	33
MULTAS CONTRATUAIS	29.113	10.100	1.516
JUROS PASSIVOS FISCAIS	6.803	3.180	6.428
VARIAÇÃO CAMBIAL PASSIVA	2.071	5.113	10.705
DESCONTOS CONSEDIDOS	1	-	-
IOF	4.027	2.169	2.012
JUROS CONTRATUAIS	26.592	8.797	12.477
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	1.716	587	410
	171.743	150.523	127.049

Resultado de Equivalência Patrimonial

Apesar de possuir mais do que a metade do poder de voto na **New Energy Options Geração de Energia S.A. – NEO** e na **Companhia Energética Uruguai – CEU**, a Multiner S.A não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

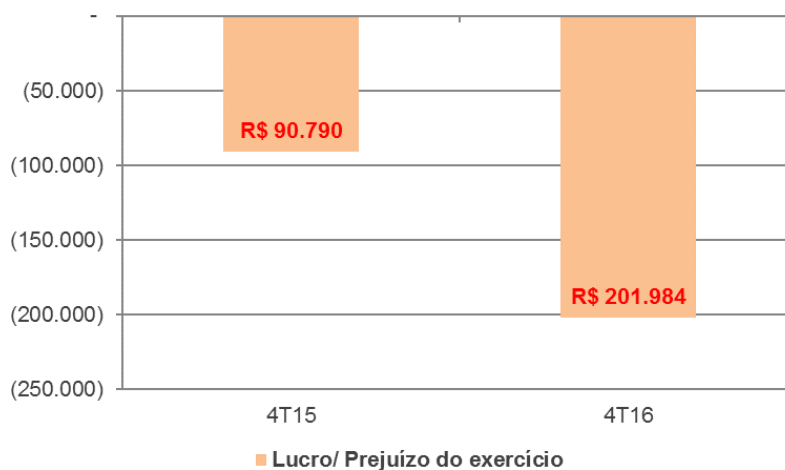
O Resultado de Equivalência Patrimonial no ano de 2016: **New Energy Options Geração de Energia S.A – NEO** (R\$ 87,8 milhões) e **Cia Energética Uruguai – CEU** (R\$ 9,3 milhões).

Lucro/ Prejuízo Líquido

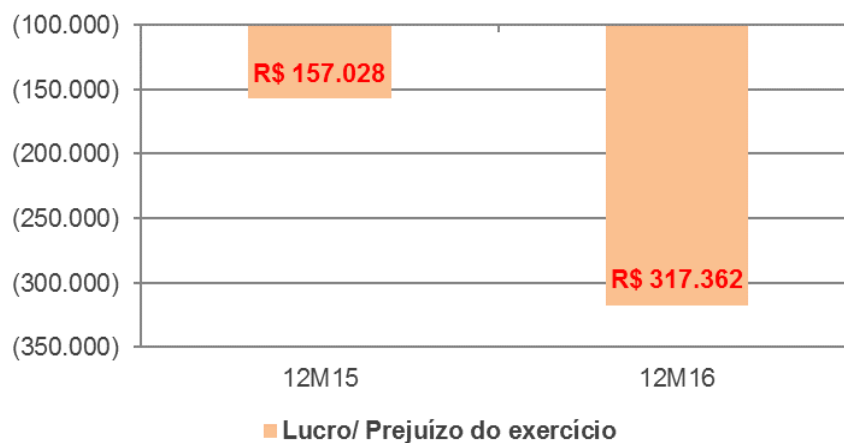
(em milhares de R\$)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No 4º trimestre, a Companhia aferiu Prejuízo Líquido de R\$ 201.984 milhões, apresentando um declínio em relação ao Prejuízo de R\$ 90.790 milhões registrado no ano anterior.



No ano de 2016 foi registrado Prejuízo de R\$ 317.362 milhões, apresentando uma piora de 102% em relação ao Prejuízo Líquido de 2015.



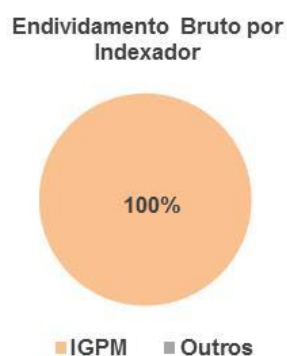
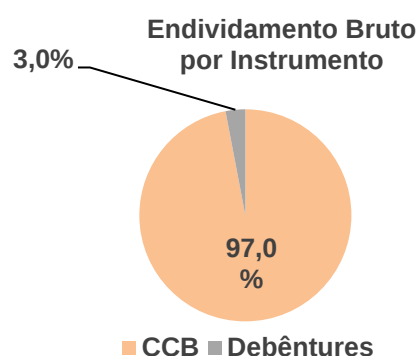
ENDIVIDAMENTO

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



No ano de 2016, conforme dados da tabela abaixo, ocorreu um acréscimo de 17% da Dívida Bruta, em relação ao mesmo período de 2015. O custo da Dívida em Moeda Nacional aumentou de 9,52% para 29,55%, em comparação à 2015. Houve um pequeno incremento na participação da Parcela de Curto Prazo.

Endividamento	Unidade	12M16	12M15
Dívida Bruta em R\$	R\$ milhões	614.810	527.058
Custo da Dívida (Moeda Nacional)	%a.a	29,55%	37,39%
Parcela de Curto Prazo	%	54,00%	50,00%
Caixa e Equivalente de caixa em R\$	R\$ milhões	282	706
Dívida Líquida	R\$ milhões	614.528	526.352



Obs: Os dados acima não incluem o passivo das empresas que são registradas no consolidado pelo método de equivalência patrimonial: New Energy Options Geração de Energia S.A. – NEO e Cia Energética Uruguai – CEU.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No ano de 2016 foram realizadas onze Reuniões do Conselho de Administração da Multiner.

No início do mês de março foi deliberada a compensação com os Mútuos entre RAESA e Multiner no mesmo valor das Cédulas de Crédito Bancário de titularidade da Multiner S.A. emitidas pela Rio Amazonas S.A. No mesmo mês, foi deliberada a convocação dos acionistas da Companhia para a Assembleia Geral Extraordinária para o aumento do Capital Social da Companhia, alterando e consolidando seu Estatuto Social.

Ainda no final do mês de março, em RCA, foram apreciadas as DFs referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

No início do mês de maio, foi aprovada a contratação de Auditoria Independente para prestação de serviços profissionais de auditoria das DFs individuais e consolidadas da Companhia.

Em meados de julho, foi aprovada a eleição do Sr. Ricardo Fialho Sellos como Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia e a renúncia do Sr. Ricardo Nino Machado Pigatto e da Sra. Roseane de Albuquerque Santos.

Em meados de agosto, foi deliberado em RCA a Eleição do Sr. Edesio Alves Nunes Filho como Diretor sem designação específica da Companhia.

No início do mês de outubro, foi avaliada em RCA a proposta de transferência de sede da Companhia, bem como a aprovação da contratação da Ernst & Young para a elaboração das DFs relativas ao terceiro e quarto trimestres de 2016 e das demonstrações financeiras anuais do encerramento do exercício de 2016.

Em meados de novembro, foi autorizado em RCA o aval ao Contrato de Prestação de Fiança e suas respectivas notas promissórias, a ser celebrado pela New Energy Options Geração de Energia S.A.

No fim do ano, no mês de dezembro, foram deliberadas a ratificação da eleição do Sr. Ronaldo Marcelio Bolognesi, ao cargo de Diretor Presidente Interino, e da eleição do Sr. José Faustino da Costa Cândido, ao cargo de Diretor Técnico da Companhia e a aprovação do Orçamento 2015 da Companhia.

No dia 21 de março de 2016, foi aprovada, pelo Conselho de Administração, a eleição do Sr. Ricardo Nino Machado Pigatto ao cargo de Diretor Presidente da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

AUDITORES INDEPENDENTES – INSTRUÇÃO CVM 381/03

Com o objetivo de atender à Instrução CVM n.º 381/03, a Multiner S.A., informa que a Boucinhas, Campos & Conti, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia do 1T16 e 2T16, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2016.

Com o objetivo de atender à Instrução CVM n.º 381/03, a Multiner S.A., informa que a Ernest & Young, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia do 3T16 e 12M16, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2016.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de R\$

Ativo	Consolidado		Passivo	Consolidado	
	2016	2015 Reapresentado		2016	2015 Reapresentado
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	282	706	Empréstimos e financiamentos	582.379	492.965
Contas a receber	135.115	145.964	Debêntures	20.444	16.565
Impostos a recuperar	10.663	11.325	Fornecedores	295.643	273.182
Arrendamento mercantil	14.312	13.396	Obrigações sociais e trabalhistas	735	710
Estoque de peças	8.999	16.062	Obrigações tributárias	64.071	47.691
Bens disponíveis para a venda	147	147	Outras obrigações	11.144	2.684
Despesas antecipadas	968	572			
Adiantamento a fornecedores	7.210	1.367	Total passivo circulante	974.416	833.797
Outros créditos ativo CP	5.036	2.134			
Total ativo circulante	182.732	191.673	Passivo não circulante		
Não circulante			Fornecedores	-	3.374
Impostos a recuperar	50.555	43.696	Obrigações tributárias	82	7.165
Arrendamento mercantil	179.160	193.468	Provisão para contingências	9.928	471
Depósitos judiciais	91	286	Partes relacionadas	25	10
Partes relacionadas	554.499	515.529	Provisão para perda de investimento	4	4.659
Outros créditos ativo LP	-	20	Outras obrigações	151.908	101.846
Adiantamentos a fornecedores	543	742	Total passivo não circulante	161.947	117.525
Intangível	15.798	169.721	Patrimônio líquido		
Investimento	-	-	Capital social	855.828	855.828
Imobilizado	27.414	27.978	Reserva de capital	543.916	543.916
Propriedade para investimento	5.298	5.298	Prejuízos acumulados	-1.515.280	-1.200.302
			Total do patrimônio líquido atribuível aos c	-115.536	199.442
			Acionistas não controladores	-4.737	-2.353
Total ativo não circulante	833.358	956.738	Total do patrimônio líquido	-120.273	197.089
Total Ativo	1.016.090	1.148.411	Total do passivo e patrimônio líquido	1.016.090	1.148.411

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em milhares de R\$

	Consolidado	
	2016	2015 Reapresentado
Operações Continuadas		
Receita operacional líquida	47.366	57.355
Custo das vendas e dos serviços prestados	(27.930)	(22.941)
Lucro bruto	19.436	34.414
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(35.892)	(29.541)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(153.314)	(10.045)
Resultado de equivalência patrimonial	(50.065)	(70.284)
Total receitas (despesas) operacionais	(239.271)	(109.870)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(219.835)	(75.456)
Despesas financeiras	(171.743)	(150.730)
Receitas financeiras	81.951	81.097
Resultado financeiro, líquido	(89.792)	(69.633)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(309.627)	(145.089)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(7.735)	(11.939)
Prejuízo do exercício	(317.362)	(157.028)
Prejuízo atribuído aos sócios não controladores	(2.384)	(1.102)
Prejuízo atribuído aos sócios controladores	(314.978)	(155.926)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM Nº 480/09, a Diretoria da Multiner declara que reviu, discutiu, e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Multiner S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório do Auditor Independente

Notas Explicativas**Multiner S.A.****Demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações do valor adicionado.....	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	17

Notas Explicativas

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Multiner S/A
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Multiner S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Multiner S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalvas

Conforme divulgado na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial individual e consolidado apresenta na rubrica de partes relacionadas, saldo ativo com a empresa Eólica Administração e Participações Ltda., no montante de R\$84.657 mil em 31 de dezembro de 2016, para o qual a Companhia não elaborou a conciliação da resposta de confirmação externa por nós enviada, com os seus respectivos registros contábeis. Assim, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes nos saldos individuais e consolidados dessa rubrica, registrados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

Conforme mencionado na seção adiante intitulada "Outros assuntos", os auditores antecessores da Companhia emitiram opinião com ressalva relativa à impossibilidade de acompanhamento de inventário físico de estoques referente a peças de reposição da controlada indireta Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA"), que em 31 de dezembro de 2015 totalizava R\$16.062 mil, não sendo possível concluir sobre o saldo contábil apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas daquela data. Diante disso, uma vez que os estoques iniciais afetam a determinação dos resultados das operações, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes nos saldos iniciais dessa rubrica, que pudessem afetar as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

Conforme divulgado na nota explicativa 1.3 às demonstrações financeiras, o investimento indireto mantido na Companhia por determinados fundos de pensão é objeto de investigação conduzido pelas autoridades públicas no âmbito da operação denominada "Greenfield". A Companhia divulgou nesta mesma nota explicativa o resultado preliminar do processo de investigação independente conduzido por empresa especializada. Tanto este processo de investigação independente contratado pela Companhia, quanto aquele conduzido pelas autoridades públicas, encontram-se em curso. Desta forma, não é possível prever nem antecipar os desdobramentos futuros dessas investigações, nem seus eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e/ou de suas subsidiárias.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas Brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalvas" acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre determinados saldos contábeis, bem como não foi possível antecipar eventuais desdobramentos que podem resultar das investigações em andamento. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esses assuntos.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.4 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo individual e consolidado de R\$314.978 mil e R\$317.362 mil, respectivamente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e, nessa data, o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$74.279 mil e R\$791.684 mil, respectivamente, além de possuir prejuízos acumulados, individual e consolidado, no montante de R\$1.515.280 mil, bem como patrimônio líquido negativo individual e consolidado de R\$115.536 mil e R\$120.273 mil, respectivamente. Esses

Notas Explicativas

eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas notas explicativas de 1.1 a 1.4 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia e de suas subsidiárias, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos, ou mesmo quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e/ou de suas subsidiárias continuarem operando. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções intituladas “Base para opinião com ressalvas” e “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Endividamento e suas respectivas cláusulas restritivas contratuais (“covenants”) – controladora e consolidado

A Companhia e suas investidas possuem diversos contratos de dívidas em valores relevantes. Tais contratos possuem cláusulas restritivas, qualitativas e financeiras, sobre as quais a Companhia e sua controlada indireta RAESA encontram-se em descumprimento, devido ao não pagamento de parcelas de amortização do principal e respectivos juros, o que ensejou a reclassificação da totalidade do saldo devido em 31 de dezembro de 2016, para o passivo circulante, no montante de R\$20.444 mil para a controladora e de R\$602.823 mil para o consolidado. Este assunto está divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, devido à significância dos valores envolvidos, assim como pela complexa situação financeira das entidades do Grupo, que resultou no descumprimento das cláusulas contratuais.

Nossos procedimentos de auditoria para a Companhia e suas investidas incluíram: (i) leitura dos contratos de endividamento; (ii) exame da movimentação de pagamentos e entradas de novos empréstimos durante o exercício; (iii) recálculo dos juros e encargos financeiros; (iv) verificação da apropriada reclassificação da totalidade dos saldos cujos contratos encontram-se com quebra de *covenants* para o passivo circulante; (v) confirmação, através do envio de cartas às instituições financeiras, para confirmação dos saldos em aberto; (vi) teste do cálculo dos indicadores-chave financeiros previstos nas cláusulas restritivas, com base nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos também incluíram a revisão das divulgações dos instrumentos financeiros e respectivas garantias nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

Provisão para demandas judiciais – controladora e consolidado

A Companhia e suas controladas são parte em diversas demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhistas, tributárias e cíveis, originadas no curso normal de seus negócios. Para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é considerada “provável” pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos, são constituídas provisões, cujo valor individual e consolidado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$1.318 mil e R\$9.928 mil, respectivamente. Ainda, os passivos contingentes relacionados a processos judiciais avaliados com expectativa de perda “possível”, para as quais nenhuma provisão foi constituída, totalizam os montantes de R\$133.826 mil e R\$186.535 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016. Esse assunto está descrito na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Esse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos nos processos, ao julgamento exercido pela Administração, necessário para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente jurídico no Brasil.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação das políticas relacionadas às provisões para demandas judiciais e administrativas da Companhia, na identificação, mensuração, registro e divulgação dos respectivos riscos envolvidos; (ii) obtenção e análise de cartas de confirmação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e de suas investidas, contendo o detalhamento dos status dos processos judiciais e administrativos em andamento, bem como avaliação dos riscos envolvidos e prognóstico de perda; (iii) envolvimento de nossos especialistas em assuntos relacionados a impostos na análise das avaliações de riscos determinadas pelos assessores jurídicos internos e externos; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia e de suas investidas sobre este assunto e especificamente sobre os processos mais significativos.

Avaliação de perda por “impairment” de ativo imobilizado e intangível de investidas

A Companhia e suas controladas possuem saldo consolidado de ativo imobilizado e intangível no montante de R\$387 mil e R\$43.212 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016. A investida New Energy Options Geração de Energia S.A (“NEO”), cujos saldos não são consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia, por se enquadrar na tratativa de controle compartilhado, possui saldo de ativo imobilizado de R\$732.248 mil e de ativo intangível de R\$ 1.082 mil em 31 de dezembro de 2016. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de “impairment” desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige a adoção de premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, de forma que quaisquer eventuais alterações nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas Demonstrações financeiras da Companhia tomadas em conjunto. Este assunto está divulgado nas notas explicativas 12 e 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na revisão do modelo de projeção de fluxo de caixa descontado para cada Unidade Geradora de Caixa (UGC), utilizado pela Administração na análise sobre a avaliação do valor recuperável; (ii) comparação com os planos mais recentes de negócios além de questionamentos sobre as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo utilizados no modelo; e (iii) determinação da extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar na avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível, considerando a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas.

Notas Explicativas

Avaliamos também a adequação da divulgação desse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas realizam transações financeiras entre si, com naturezas diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital e transações operacionais, conforme descrito na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, devido à significância dos valores e diversidade das transações mantidas entre entidades consideradas como Partes Relacionadas, assim como possibilidade de que essas transações possam ser acordadas ou realizadas por condições inadequadas, fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar a adequação das condições pactuadas, e do registro e controle dessas transações incluíram: (i) avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações ocorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia e; (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes em 31 de dezembro de 2016. Avaliamos, também, a adequada divulgação desse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, em 7 de fevereiro de 2018, com uma opinião modificada sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido à impossibilidade de acompanhamento do inventário físico dos estoques da controlada indireta RAESA em 31 de dezembro de 2015, registrado em seu balanço patrimonial pela importância de R\$16.062 mil, não sendo possível, consequentemente, concluir sobre a existência destes estoques naquela data. Além disso, este relatório dos auditores anteriores continham parágrafos de ênfase relacionados aos seguintes assuntos: (i) Reapresentação das demonstrações financeiras de 2015; (ii) Incerteza em relação à continuidade operacional; (iii) Decisão desfavorável no exercício de 2016 em processo judicial que determinou o pagamento à Caterpillar Motoren GmbH & Co.; (iv) Existência de processos judiciais com probabilidade de perda “possível”; (v) Existência de Ações judiciais classificadas como probabilidade de perda “possível” e (vi) Operação Greenfield.

Notas Explicativas

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas", essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Notas Explicativas

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC – 1SP132776/O-3

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3	676	282	706
Contas a receber	6	-	-	135.115	145.964
Tributos a recuperar	8	403	1.904	10.663	11.325
Arrendamento mercantil	10	-	-	14.312	13.396
Estoque	15	-	-	8.999	16.062
Bens disponíveis para a venda		-	-	147	147
Despesas antecipadas		104	123	968	572
Adiantamentos a fornecedores	7	20	1.135	7.210	1.367
Outros créditos		-	-	5.036	2.134
Total ativo circulante		530	3.838	182.732	191.673
Não circulante					
Tributos a recuperar	8	-	-	50.555	43.696
Arrendamento mercantil	10	-	-	179.160	193.468
Depósitos judiciais		91	212	91	286
Partes relacionadas	9.b	606.891	628.486	554.499	515.529
Outros créditos		-	20	-	20
Adiantamentos a fornecedores	7	103	103	543	742
Intangível	12	259	264	15.798	169.721
Investimento	13	15.503	57.484	-	-
Imobilizado	14	128	154	27.414	27.978
Propriedades para investimento	11	5.298	5.298	5.298	5.298
Total ativo não circulante		628.273	692.021	833.358	956.738
Total ativo		628.803	695.859	1.016.090	1.148.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	582.379
Debêntures	18	20.444	16.565	20.444
Fornecedores	16	4.060	1.587	295.643
Obrigações sociais e trabalhistas		544	562	735
Obrigações tributárias	17	49.727	32.852	64.071
Outras obrigações		34	31	11.144
Total passivo circulante		74.809	51.597	974.416
Não circulante				
Fornecedores	16	-	-	-
Obrigações tributárias	17	82	99	82
Provisão para contingências	20	1.318	1.157	9.928
Partes relacionadas	9.b	1.373	72.316	25
Outras obrigações		4	5	4
Provisão para perda de investimentos	13	666.753	371.243	151.908
Total passivo não circulante		669.530	444.820	161.947
Patrimônio líquido				
Capital social	19	855.828	855.828	855.828
Reserva de capital	19	543.916	543.916	543.916
Prejuízos acumulados		(1.515.280)	(1.200.302)	(1.515.280)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		(115.536)	199.442	(115.536)
Acionistas não controladores		-	-	(4.737)
Total do patrimônio líquido		(115.536)	199.442	(120.273)
Total do passivo e do patrimônio líquido		628.803	695.859	1.016.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional líquida	21	-	-	47.366	57.355
Custo das vendas e dos serviços prestados	22	-	-	(27.930)	(22.941)
Lucro bruto		-	-	19.436	34.414
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23(a)	(20.925)	(13.789)	(35.892)	(29.541)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	23(b)	(40.996)	640	(153.314)	(10.045)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(295.955)	(194.281)	(50.065)	(70.284)
Total receitas (despesas) operacionais		(357.876)	(207.430)	(239.271)	(109.870)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(357.876)	(207.430)	(219.835)	(75.456)
Despesas financeiras	24	(16.527)	(16.071)	(171.743)	(150.730)
Receitas financeiras	24	67.160	79.514	81.951	81.097
Resultado financeiro, líquido		50.633	63.443	(89.792)	(69.633)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(307.243)	(143.987)	(309.627)	(145.089)
Imposto de renda e contribuição social corrente	25	(7.735)	(11.939)	(7.735)	(11.939)
Prejuízo do exercício		(314.978)	(155.926)	(317.362)	(157.028)
Prejuízo atribuído aos sócios não controladores		-	-	(2.384)	(1.102)
Prejuízo atribuído aos sócios controladores		(314.978)	(155.926)	(314.978)	(155.926)
Prejuízo por ação básico	19				
Prejuízo básico por ação ordinária		(0,01471)	(0,00728)	(0,01471)	(0,00728)
Prejuízo básico por ação preferencial – Classes A e B		(0,01628)	(0,00801)	(0,01628)	(0,00801)
Prejuízo básico por ação preferencial – Classe C		(0,01610)	(0,00797)	(0,01610)	(0,00797)
Prejuízo básico por ação preferencial – Classe D		(0,01593)	(0,00789)	(0,01593)	(0,00789)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo do exercício	(314.978)	(155.926)	(314.978)	(155.926)
Resultado abrangente total	(314.978)	(155.926)	(314.978)	(155.926)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social			Reserva de capital		Lucros / Prejuízos acumulados	Acionistas da empresa individual	Participação de não controladores	Total
	Integralizado	(A integralizar)	Total	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	855.811	-	855.811	465.801	78.115	(1.044.376)	355.351	(1.250)	354.101
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(155.926)	(155.926)	(1.103)	(157.029)
Aumento de capital	17	-	17	-	-	-	17	-	17
Saldos em 31 de dezembro de 2015	855.828	-	855.828	465.801	78.115	(1.200.302)	199.442	(2.353)	197.089
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(314.978)	(314.978)	(2.384)	(317.362)
Aumento de capital	6	(6)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	855.834	(6)	855.828	465.801	78.115	(1.515.280)	(115.536)	(4.737)	(120.273)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	(307.243)	(143.987)	(309.627)	(145.089)
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial	295.955	194.281	50.065	70.284
Juros sobre operações de mútuo	(66.736)	(79.003)	(63.384)	(63.713)
Encargos sobre operações de mútuo	3.245	9.947	1.717	1.670
Juros ativos sobre empréstimos e financiamentos - CCBS	-	9	-	(8.801)
Juros passivos sobre empréstimos e financiamentos - CCBS	-	-	106.022	109.577
Encargos sobre as debêntures	3.879	2.870	3.879	2.870
Custos de captação	-	-	3.624	5.773
Amortização do ágio	-	-	8.497	11.242
Perda por redução ao valor recuperável do intangível	41.536	-	145.417	-
Perda por redução ao valor recuperável do imobilizado	-	-	536	-
Depreciação e amortização	33	247	36	248
Perdas de créditos financeiros	678	-	936	-
Perda na alienação de ativo imobilizado	-	37	-	37
Provisão para contingências e outros	161	-	7.435	35
Reversão de provisão para contingências	-	(407)	(37)	(407)
Remuneração do arrendamento mercantil	-	-	(13.623)	(14.500)
Amortização do arrendamento mercantil	-	-	27.015	27.040
	(28.492)	(16.006)	(31.492)	(3.734)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	10.849	7.415
Tributos a recuperar	1.501	191	(6.197)	(4.699)
Despesas antecipadas	19	(15)	(396)	(153)
Adiantamentos a fornecedores	1.115	(201)	(5.842)	(181)
Depósitos judiciais	121	(33)	121	(31)
Estoque	-	-	7.063	(8.299)
Outros ativos	20	-	(2.807)	(1.828)
Fornecedores	2.473	541	21.143	45.837
Obrigações sociais e trabalhistas	(18)	47	25	38
Obrigações tributárias	13.922	6.567	6.361	(1.130)
Outros passivos	2	31	3.823	2.596
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.799)	(7.670)	(4.799)	(7.670)
	14.356	(542)	29.344	31.895
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(14.136)	(16.548)	(2.148)	28.161

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(5)	(123)	(5)	(122)
Venda de imobilizado	4	-	4	-
Aporte de capital em controladas	-	(5.975)	-	(5.975)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(1)	(6.098)	(1)	(6.097)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	17	-	17
Empréstimo concedido a partes relacionadas	(62.145)	(60.917)	(62.145)	(62.585)
Recebimentos de empréstimos concedidos a partes relacionadas	53.415	84.199	81.103	86.874
Empréstimos captados com partes relacionadas	57.126	34.396	7.464	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos – principal	-	-	(9.461)	(21.591)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	-	-	(10.494)	(27.381)
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	(34.932)	(36.662)	(4.739)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	13.464	21.033	1.728	(24.666)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(673)	(1.613)	(422)	(2.600)
Saldo no início do exercício	676	2.289	704	3.306
Saldo no final do exercício	3	676	282	706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas	542	-	108.565	102.252
Venda de energia	-	-	91.985	101.577
Outras receitas	542	-	16.580	675
Insumos adquiridos de terceiros	(55.376)	(6.196)	(217.502)	(48.759)
Custos do serviço	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(8.487)	(3.214)	(27.355)	(18.039)
Materiais, energia e outros	(5.345)	(1.787)	(27.208)	(30.211)
Perda/recuperação valores ativos	(40.226)	(38)	(153.011)	(38)
Provisão para contingências	(1.318)	(1157)	(9.928)	(471)
Valor adicionado bruto	(54.834)	(6.196)	(108.937)	53.493
Retenções	(33)	(247)	(36)	(251)
Depreciação e amortização	(33)	(247)	(36)	(251)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	(54.867)	(6.443)	(108.973)	53.242
Valor adicionado recebido em transferência	(228.096)	(114.766)	31.882	10.814
Resultado de equivalência patrimonial	(295.255)	(194.281)	(50.065)	(70.284)
Receitas financeiras	67.159	79.515	81.947	81.098
Valor adicionado a distribuir	(282.963)	(121.209)	(77.091)	64.056
Pessoal	1.900	1.857	5.345	4.931
Remuneração direta	-	-	2.461	2.217
FGTS	-	-	421	179
Benefícios	-	-	563	678
Honorários dos administradores	1.900	1.857	1.900	1.857
Tributos	18.699	17.548	69.248	65.561
Federais	18.672	17.521	34.914	33.235
Estaduais	-	1	34.306	32.301
Municipais	27	26	28	25
Remuneração de capitais de terceiros	11.116	15.312	165.678	150.592
Aluguéis	1.369	1.517	5.427	4.920
Despesas financeiras	9.747	13.795	160.251	145.672
Remuneração de capitais próprios	(314.678)	(155.926)	(317.362)	(157.028)
Prejuízo líquido do período	(314.678)	(155.926)	(314.978)	(155.926)
Participação dos não controladores	-	-	(2.384)	(1.102)
Valor adicionado distribuído	(282.963)	(121.209)	(77.091)	64.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional

A Multiner S.A. ("Multiner" ou "Companhia") é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede alterada em 2017 para a cidade de São Paulo - Brasil, e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

O controle acionário da Companhia é exercido pela Bolognesi Energia S.A, com 51,72% das ações ON, sendo 20,49% destas ações de titularidade da Brasilterm Energia S.A., uma entidade do Grupo Bolognesi. O Multiner Fundo de Investimento em Participações ("Multiner FIP"), gerido pela Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda e administrado pela Planner Corretora de Valores S.A., constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por entidades fechadas de previdência complementar, detém a participação residual não controladora (48,28% das ações ON).

A Companhia participa em sociedades cujo objeto inclui (i) usinas de geração de energia termelétrica, óleo combustível e/ou gás natural (UTE), (ii) comércio atacadista de energia elétrica e (iii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os investimentos da Companhia possuem 236,8 MWh de capacidade instalada em 31 de dezembro de 2016 (236,8 MWh em 31 de dezembro de 2015).

Relação dos ativos de geração de energia elétrica

Entidade	Fonte	Situação	Contrato de concessão ANEEL	Prazo da concessão/ autorização		Início da operação comercial
				Início	Término	
Rio Amazonas Energia S.A. (ou "RAESA")	Óleo/GNL	Em operação	Resolução nº 733	24/10/2006	24/10/2026	16/11/2006
New Energy Options Geração de Energia S.A. (Parque Alegria I) ou ("NEO")	Eólica	Em operação	Resolução nº 663	26/12/2001	30/12/2031	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. (Parque Alegria II) ou ("NEO")	Eólica	Em operação	Resolução nº 662	26/12/2001	30/12/2031	30/12/2011
Termelétrica Itapebi S.A. ("Itapebi")	Óleo		Outorga revogada			
Termelétrica Monte Pascoal S.A. ("Monte Pascoal")	Óleo		Outorga revogada			
Termelétrica Pernambuco IV S.A. ("Pernambuco IV")	Óleo		Outorga revogada			
Termelétrica Termopower V S.A. (Termopower V")	Óleo		Outorga revogada			
Termelétrica Termopower VI S.A. ("Termopower VI")	Óleo		Outorga revogada			

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional--Continuação**1.1. Reorganização financeira**

Em 28 de março de 2012, a (i) Brasilterm Energia S.A.; (ii) Bolognesi Energia S.A.; e (iii) Multiner Fundo de Investimento em Participação celebraram o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, tendo como intervenientes (iv) Multiner S.A.; (v) Bolognesi Engenharia Ltda.; (vi) Bolognesi Infraestrutura Ltda.; (vii) Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – (“Postalis”); (viii) Fundação Petrobras de Seguridade Social – (“Petros”); (ix) Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – (“Refer”); (x) Instituto Infraero de Seguridade Social – (“Infraprev”); (xi) Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – (“Fundiágua”); e (xii) Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – (“Faceb”). O Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. foi posteriormente aditado em 14 de julho de 2014.

O objeto do Contrato de Reorganização e de Financiamento foi o de viabilizar a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, por meio do aporte de recursos e ativos, alongamento de endividamentos, conversão de dívida em capital, assunção de avais dos antigos controladores pelo Grupo Bolognesi, e término da construção do parque eólico Alegria II, da investida NEO - à época em que foi celebrado - e conversão para gás da unidade geradora de propriedade da controlada RAESA.

Parte das obrigações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia ainda não foram adimplidas pelas partes, tal como aporte de recursos, alongamento de endividamento, e conversão de dívida em capital, o que pode colocar em risco a continuidade da Companhia e suas controladas. Em 2017, as partes trocaram correspondência sobre uma reunião de conciliação. Contudo, nos termos do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, em caso de disputa entre as partes a mesma será submetida à Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara CIESP) de acordo com o seu regulamento, em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem.

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional--Continuação**1.2. Cumprimento de obrigações contratuais de instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2016, pelo não cumprimento de parte das obrigações financeiras e não financeiras pela Companhia e sua controlada indireta RAESA com obrigações contratuais relativas a debêntures, empréstimos e financiamentos, a totalidade do saldo devedor consolidado referente a tais instrumentos financeiros encontra-se classificado em sua totalidade no passivo circulante, no montante de R\$ 602.823 (R\$ 509.530 em 31 de dezembro de 2015). Nos termos do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, os credores das debêntures da Companhia estavam obrigados a votar favoravelmente a rolagem da dívida por períodos sucessivos adicionais de 240 (duzentos e quarenta) dias. Os credores das investidas RAESA e NEO também possuem obrigação de conversão de dívida em capital da Companhia e/ou da Mesa Participações S.A., entidade que faz parte do Grupo Bolognesi, quando ocorresse a listagem da Companhia no segmento Bovespa Mais Nível 2 da BM&F Bovespa. A Diretoria da Companhia está atuando fortemente junto aos seus credores para realizar o reperfilamento de dívidas já vencidas, bem como a conversão das dívidas em capital, no intuito de equacionar a estrutura do endividamento da Companhia e suas controladas.

1.3. Operação Greenfield

Em 5 de setembro de 2016, foi cumprido no Rio de Janeiro, sede da Companhia à época, o Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Juiz Federal da 10ª Vara Federal de Brasília no âmbito do Processo nº 373250-67.2016.4.01.3400, que investiga os investimentos realizados pelos fundos de pensão por meio de FIPs (Fundos de Investimento em Participações), dentre os quais se encontra o FIP Multiner.

Em consonância com a investigação denominada "*Greenfield*", foi emitida em 13 de setembro de 2016, ordem judicial de bloqueio das contas bancárias da Companhia, expedida cautelarmente nos autos do Processo nº 37.371-11.2016.4.01.3400, em curso perante a 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. Em 15 de dezembro de 2016, aquela mesma Vara Criminal ordenou o desbloqueio das contas bancárias da Companhia, observado as seguintes condições, sob pena de revogação da presente decisão:

- (i) Proibir o pagamento, a qualquer título, a seus diretores, conselheiros e demais colaboradores, de qualquer quantia mensal superior a R\$ 60, para os atuais colaboradores da empresa, impondo, contudo, que futuras contratações não superem R\$ 55 mensais;
- (ii) Pedir prévia autorização ao Juízo em relação a todos os empréstimos que vierem a ser tomados junto a instituições financeiras;

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional--Continuação**1.3. Operação Greenfield--Continuação**

- (iii) Apresentar mensalmente ao Ministério Público Federal planilha descritiva dos mútuos que venham a ser eventualmente celebrados pela Companhia;
- (iv) Abster-se de realizar patrocínios e pagamentos de serviços de consultoria e publicidade sem que haja prévia autorização judicial; e,
- (v) Aderir às diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa para Companhias abertas, bem como comprometer-se a observar as normas do padrão ISO 19600 (implementação, avaliação, manutenção e melhoria do sistema de gestão de Compliance), no que for aplicável, e ISO 37001 (sistema de gestão anti-suborno), quando disponível.

Anteriormente à decisão judicial acima referida, a Diretoria da Companhia aprovou, em 29 de setembro de 2016, a contratação da BDO RCS Auditores e Consultores Ltda. ("BDO") para realizar o processo de investigação independente sobre as contas da Companhia e suas investidas dos exercícios de 2015 e 2016 ("FASE I"), e sobre as contas dos exercícios de 2008 a 2014 (FASE II), ambas ainda em andamento. Este trabalho teve por objetivo realizar a investigação forense visando obter informações sobre possíveis não conformidades e/ou eventuais ilicitudes e/ou fraudes relacionadas à contratação de fornecedores de bens ou serviços no período.

O trabalho consiste na coleta e tratativa de dados de pessoas jurídicas e pessoas físicas pré-definidas pela BDO e apreciadas pela direção da Companhia.

O escopo de Inteligência Corporativa contemplou a revisão de Integrity Due Diligence (IDD) dos fornecedores selecionados com objetivo de:

- Identificar a idoneidade e reputação dos fornecedores;
- Identificar se há algum tipo de vínculo entre os fornecedores e nomes de envolvidos em algum tipo de esquema de corrupção; e,
- Identificar possíveis conflitos de interesse entre os fornecedores e profissionais da Companhia e suas respectivas subsidiárias.

Considerando o objetivo do escopo do trabalho a BDO concluiu preliminarmente que o controle interno da Companhia possuía algumas fragilidades, dada a existência de pagamentos de alto risco, sem a aplicação de processos de resolução de conflito de interesses, ou políticas claras de cotação e aquisição, relacionado ao processo de contratação de fornecedores.

Adicionalmente, com o intuito de auxílio nas investigações, prevenção à fraude, governança corporativa e devida adequação dos processos internos, entre outros, a Diretoria da Companhia criou no final de 2016 uma área de Compliance e Auditoria Interna, que está adotando novas políticas de compras e implantação de código de ética.

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional--Continuação**1.4. Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo individual de R\$ 74.279 (R\$ 47.759 em 31 de dezembro de 2015) e consolidado de R\$791.684 (R\$642.126 em 31 de dezembro de 2015), em virtude de, dentre outros motivos, seu endividamento ter sido reclassificado em sua totalidade para o passivo circulante, em razão de pendência de aditamento da documentação relacionada às dívidas, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas. O endividamento da Companhia é preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais acordaram, por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de Financiamento de 14 de julho de 2014, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1, a converter parcela significativa do endividamento das subsidiárias da Companhia em capital da Mesa S.A. ou da própria Companhia, e alongar as amortizações para o longo prazo. Considerando o efeito destes ajustes, a Companhia passaria a deter capital circulante positivo.

As principais subsidiárias da Companhia são entidades operacionais, que possuem contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo. Dessa forma, a Companhia entende que seu risco de descontinuidade é remoto, não havendo nenhuma obrigação relevante no passivo circulante com efeito caixa, fora as obrigações com partes relacionadas. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Em 01 de fevereiro de 2018 a Direção da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, submetendo-as à aprovação do Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--
Continuação**a) Declaração de conformidade—Continuação**

Adicionalmente, a Diretoria da Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Diretoria da Companhia na sua gestão.

b) Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Os dados quantitativos, tais como volumes e outros números operacionais, não foram objeto de auditoria dos auditores independentes.

c) Moeda funcional, conversão de saldos e transação em moeda estrangeira**i) *Moeda funcional e de apresentação***

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

ii) *Transações e saldos*

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--
Continuação**d) Critérios de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida, e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Diretoria da Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- Direitos originados de acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida, se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

Multiner S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

d) Critérios de consolidação--Continuação

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

	Participação acionária	
	31/12/2016	31/12/2015
2007 Participações S.A.	99,91%	99,91%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

Controladas indiretas

A Companhia possui controle indireto sobre a Rio Amazonas Energia S.A ("RAESA") através do investimento em sua holding 2007 Participações S.A., que, por sua vez, detém 99,99% de participação acionária na RAESA em 31 de dezembro de 2016 (99,99% em 31 de dezembro de 2015). Assim, a participação acionária indireta da Companhia na RAESA é de 99,90% em 31 de dezembro de 2016 (99,90% em 31 de dezembro de 2015).

Controladas em conjunto ("joint ventures")

Abaixo as controladas em conjunto da Companhia:

	Participação acionária	
	31/12/2016	31/12/2015
Companhia Energética do Uruguai S.A. - ("CEU")	71,00%	71,00%
New Energy Options Geração de Energia S.A. - ("NEO")	80,00%	80,00%

Apesar da Companhia possuir a maior parte das ações com direito a voto NEO, e na CEU, a Companhia não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais dessas investidas, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia aplica o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 - Nova redação - que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

Multiner S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

Informações sobre as controladas em conjunto

A NEO possui sua sede localizada na avenida Almirante Barroso, 52, centro, cidade do Rio de Janeiro/RJ. Seu O objeto social da NEO consiste na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, montagens, instalações, projetos e consultoria, manutenção, assistência técnica entre outros.

A CEU possui sede localizada na avenida Almirante Barroso, 52, centro, cidade do Rio de Janeiro/RJ. Seu O objeto social da CEU consiste em desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, entre outros.

O investimento da Companhia na NEO e na CEU é mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

A posição patrimonial das respectivas investidas está demonstrada abaixo:

	NEO		CEU	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante	56.458	60.047	-	-
Ativo não circulante	887.172	929.227	11.132	11.132
Passivo circulante	(336.794)	(273.376)	(1.678)	(1.185)
Passivo não circulante	(788.421)	(837.331)	(18.908)	(16.666)
Patrimônio líquido	181.585	121.433	9.454	6.719
Prejuízo do exercício	(60.152)	(86.222)	(2.735)	(1.842)

3. Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

a) Ativos financeiros

Conforme o International Accounting Standard ("IAS") 32, IAS 39 e IFRS 7 (CPC 38, 39 e 40(R1)), os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuação**a) Ativos financeiros--Continuação**

- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados e apresentadas no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.
- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas estão classificados como empréstimos e recebíveis, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva ("custo amortizado"). Vide nota explicativa nº 5 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas.

c) Estoque

O estoque consiste, basicamente, em peças de reposição importadas para o maquinário de operação da controlada indireta RAESA, e são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 15). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção.

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuação**c) Estoque--Continuação**

As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada.

A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada quando: (i) tenham expirado a data de validade ou (ii) materiais ou bens que não atendem à especificação e possuem baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela Diretoria da Companhia anualmente com o apoio da equipe de operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve necessidade de constituição de provisão para obsolescência.

d) Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (vide nota explicativa nº 13).

Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle.

Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas necessárias.

e) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado encontram-se avaliados pelo custo. A vida útil dos bens foi revisada em conjunto com a valorização dos ativos ao seu custo atribuído.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A taxa de depreciação dos itens do ativo imobilizado, está baseada no tempo de vida útil estimado pela Companhia e suas controladas.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuação**e) Imobilizado--Continuação**

contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Os saldos de imobilizado apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referem-se a ativos pertencentes à Companhia e às seguintes controladas pela Companhia: Monte Pascoal, Itapebi, Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A Companhia possui ativos intangíveis de vida útil indefinida, que se refere ao ágio gerado na aquisição da investida New Energy, por compra vantajosa, para os quais a Companhia realiza teste de recuperabilidade anualmente, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

g) Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuaçãog) Propriedades para investimento--Continuação

gerados. Os saldos registrados como Propriedades para investimento da Companhia referem-se a terrenos adquiridos para investimento futuro em novos negócios do ramo de geração de energia, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

h) Provisão de redução ao provável valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração

A Diretoria da Companhia revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia identificou a existência de eventuais perdas por redução ao provável valor recuperável do ágio gerado na aquisição de participação societária direta da 2007 Participações e indireta na RAESA, no montante de R\$ 153.914, conforme nota explicativa nº 12.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custo para venda. Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor de uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa

Identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Diretoria da Companhia, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulante e não circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

j) Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseado na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se esse ativo (ou esses ativos) não estiver (em) explícito(s) no contrato.

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuação**j) Arrendamento mercantil--Continuação**

Num arrendamento mercantil financeiro, substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal são transferidos pelo arrendador e, portanto, os pagamentos do arrendamento mercantil a serem recebidos são tratados pelo arrendador como amortização de capital e receita financeira para reembolsá-lo e recompensá-lo pelo investimento e serviços. Os custos diretos iniciais são muitas vezes incorridos por parte dos arrendadores e incluem valores como comissões, honorários legais e custos internos que sejam incrementais e diretamente atribuíveis à negociação e estruturação do arrendamento mercantil. Esses custos excluem gastos gerais como aqueles que são incorridos por equipe de vendas e marketing.

Como resultado, os referidos custos devem ser excluídos do investimento líquido no arrendamento mercantil e de vem ser reconhecidos como despesa quando o lucro da venda for reconhecido. Normalmente, em um arrendamento mercantil financeiro, esse lucro é reconhecido no começo do prazo do arrendamento mercantil.

O reconhecimento da receita financeira baseia-se no padrão que reflita a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido do arrendador no arrendamento mercantil financeiro.

Um arrendador tem como meta apropriar a receita financeira durante o prazo do arrendamento mercantil em base sistemática e racional. Essa apropriação da receita baseia-se no padrão que reflete o retorno periódico constante sobre o investimento líquido do arrendador. Os pagamentos do arrendamento mercantil relacionados ao período, excluindo custos de serviços, devem ser aplicados ao investimento bruto no arrendamento mercantil para reduzir tanto o principal quanto as receitas financeiras não realizadas.

Os equipamentos e edificações pertencentes à controlada indireta RAESA se caracterizam como um arrendamento mercantil financeiro, considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., se enquadra nos aspectos exigido pela norma contábil, remunerado pela taxa de retorno de 7% a.a., de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixos das usinas, maior detalhe vide nota explicativa nº 10.

Os valores residuais não garantidos estimados, usados no cálculo do investimento bruto do arrendador em arrendamento mercantil, são revisados regularmente. Se tiver ocorrido redução no valor residual estimado não garantido, a apropriação da receita durante o prazo do arrendamento mercantil é revista e qualquer redução relacionada a valores apropriados é imediatamente reconhecida.

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuaçãok) Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

l) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

m) Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo), sobre venda de energia elétrica e prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo) e 7,60% (regime não cumulativo) sobre a venda de energia elétrica e prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com os clientes a serem faturados: diferimento no caso de geração ou distribuição e faturamento com a alíquota interna para os demais clientes;
- Imposto sobre Serviços (ISS) - 2% incidente sobre a prestação de serviços.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações financeiras.

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuaçãon) Imposto de renda e Contribuição Social*Imposto de renda e contribuição social correntes*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Na determinação do imposto de renda a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas, e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada na avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação tem por base estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

o) Reconhecimento de receita das investidas

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuaçãoo) Reconhecimento de receita das investidas--Continuação*Receita de arrendamento mercantil*

O reconhecimento do arrendamento mercantil da controlada indireta RAESA se enquadra nos aspectos exigido pela norma contábil, remunerado pela taxa de retorno de 7% a.a., de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixos da usina. A Companhia entende que esta receita financeira é caracterizada como receita operacional da sua controlada indireta RAESA, apresentadas nestas demonstrações financeiras consolidadas. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 24.

Um arrendador tem como meta apropriar a receita financeira durante o prazo do arrendamento mercantil em base sistemática e racional. Essa apropriação da receita baseia-se no padrão que reflete o retorno periódico constante sobre o investimento líquido do arrendador no arrendamento mercantil financeiro. Os pagamentos do arrendamento mercantil relacionados ao período, excluindo custos de serviços, devem ser aplicados ao investimento bruto no arrendamento mercantil para reduzir tanto o principal quanto as receitas financeiras não realizadas.

Os valores residuais não garantidos estimados, usados no cálculo do investimento bruto do arrendador em arrendamento mercantil, devem ser revisados regularmente. Se tiver ocorrido redução no valor residual estimado não garantido, a apropriação da receita durante o prazo do arrendamento mercantil deve ser revista e qualquer redução relacionada a valores apropriados deve ser imediatamente reconhecida.

p) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em função de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo a despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para demandas judiciais e outros

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme nota explicativa nº 20. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuação**p) Provisões--Continuação**

razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para perda de investimentos

A provisão para perda de investimentos é reconhecida com base no patrimônio líquido da investida para cobrir as perdas permanentes na realização do investimento. A provisão para perda de investimentos apresentada nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas refere-se o resultado acumulado de perdas por equivalência patrimonial, conforme nota explicativa nº 13.

q) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

r) Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso contrário será registrado como não circulante.

s) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Modificações nas estimativas são tratadas prospectivamente. As principais premissas e estimativas

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis e estimativas--Continuaçãos) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas utilizam como base para taxa de depreciação, a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado. Consequentemente os valores residuais dos bens do imobilizado resultam da aplicação das vidas úteis definidas pela ANEEL, estando em linha com as expectativas de utilização e geração de benefícios econômicos de tais ativos.

Provisões para demandas judiciais e outros

De acordo com a nota explicativa nº 20, a Companhia e suas controladas reconhecem provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda. As estimativas e premissas utilizadas no registro das provisões para processos judiciais e outros da Companhia e suas controladas são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

a) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada.

Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções. A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data de entrada em vigor. No decorrer de 2015, a Companhia realizou uma avaliação de alto nível do impacto de todos os três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação preliminar baseia-se nas informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças em razão de análises detalhadas complementares ou informações adicionais cabíveis e evidenciáveis que sejam disponibilizadas para a Companhia no futuro.

Em geral, a Companhia não espera um impacto significativo sobre seu balanço patrimonial e patrimônio líquido a não ser pelo efeito de aplicar as exigências de perdas por redução do valor recuperável ("impairment") da IFRS 9. A Companhia espera uma provisão para perdas maior resultando em um impacto negativo sobre o patrimônio líquido e realizará uma avaliação detalhada no futuro para determinar a extensão.

b) IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas

A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes.

A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Essa norma não seria aplicável, pois a Companhia elabora suas demonstrações financeiras com base nas IFRS em vigência.

Multiner S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações--Continuação

c) IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data da sua entrada em vigor, utilizando o método de adoção retrospectiva integral.

d) Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture) de contratos com clientes

As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultante da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture. O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente.

e) IAS 7 – Iniciativa de divulgação – Alterações à IAS 7

As alterações à IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa fazem parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção das alterações resultará em divulgação adicional pela Companhia.

f) IAS 12 Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas – Alterações à IAS 12

As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, as alterações fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros

Multiner S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações--Continuação

f) IAS 12 Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas – Alterações à IAS 12--Continuação

e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil. Essas alterações devem ser aplicadas retrospectivamente.

Contudo, na adoção inicial das alterações, a mudança no patrimônio líquido inicial do período comparativo mais antigo pode ser reconhecida nos lucros acumulados iniciais (ou em outro componente do patrimônio líquido, conforme o caso), sem alocação da mudança entre os lucros acumulados iniciais e outros componentes do patrimônio líquido. As entidades que adotarem essa isenção devem divulgar tal fato. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017, sendo permitida a adoção antecipada. Se uma entidade adotar as alterações para um período anterior, ela deve divulgar tal fato. A expectativa é que não ocorra nenhum impacto sobre a Companhia como resultado dessas alterações.

g) IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia está avaliando os impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

h) IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações--Continuação**h) IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil--Continuação**

valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos).

Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização do arrendatário com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendatários continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida, mas não antes da adoção da IFRS 15. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Multiner S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa	3	3	3	3
Bancos	-	4	277	31
Aplicações financeiras (i)	-	669	2	672
Total	3	676	282	706

- (i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundos de Investimento de renda fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento com o próprio emissor.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.3, as contas bancárias da Companhia foram desbloqueadas em 15 de dezembro de 2016.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (i)	24.728	23.095
(-)Glosa de receita (iii)	(4.516)	(420)
Conta de Consumo de Combustível - CCC (ii)	114.903	123.289
Total	135.115	145.964

- (i) O saldo refere-se à venda de energia com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado na controlada RAESA. O montante de R\$24.728 em 31 de dezembro de 2016 (R\$23.095 em 31 de dezembro de 2015) é composto por:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Faturamento de potência contratada	21.062	18.507
Faturamento O&M	3.666	4.588
Total	24.728	23.095

- (ii) O montante de R\$114.903 (R\$123.289 em 31 de dezembro de 2015) refere-se aos ressarcimentos da conta CCC - ISOL (Conta Consumo de Combustível Isolado), controlada pela Eletrobrás S.A., que efetua o pagamento do combustível utilizado pela RAESA diretamente à Petrobras Distribuidora S.A., com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais preestabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas por meio de contribuições mensais realizadas por todos os agentes do setor elétrico que comercializam energia elétrica com consumidores finais.

Com base em conclusões de seu departamento legal, a Companhia entende que o valor repassado pela Eletrobrás S.A., no que consiste no valor médio do consumo do respectivo combustível, não é suficiente para o volume consumido pela usina e devido à Petrobras Distribuidora S.A.. Diante disto, a Companhia entrou com mandado de segurança objetivando reaver a diferença não reembolsada pela Eletrobrás S.A. face a quantidade de combustível consumida e devida à Petrobras Distribuidora S.A.

Multiner S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber--Continuação

O mandado de segurança foi julgado procedente, afastando a incidência das Resoluções Normativas nºs 347/2009 e 427/2011 da ANEEL, que determina o reembolso de combustível adquirido pela RAESA da Petrobrás Distribuidora S.A. com base nos valores constantes em Nota Fiscal, e não com base no valor médio conforme alegado pela Petrobrás Distribuidora S.A..

Em 01 de Março de 2016, a Procuradoria Geral da União emitiu parecer com força executória, determinando o imediato cumprimento da decisão, e esclarecendo sua eficácia: "o reembolso dos valores judicialmente reconhecidos à Rio Amazonas Energia S.A. deveria ser realizado a partir da data de 4 de setembro de 2009", mas a Eletrobras S.A. decidiu não honrar com a decisão judicial sob o argumento de falta de recurso. Em maio de 2017, a RAESA executou a Eletrobrás S.A. pelo descumprimento da decisão, e o juiz abriu prazo para manifestação da Eletrobrás S.A..

- (iii) O montante de R\$4.516 em 31 de dezembro de 2016 (R\$420 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à glosa do faturamento da controlada indireta RAESA, em função da indisponibilidade dos seus motores durante os meses de maio a dezembro de 2016, prevista no contrato de fornecimento da RAESA com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

7. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Marine Power International (i)	-	-	4.044	-
Wartsila Switzerland (i)	-	-	1.864	180
Marine Motor Service (i)	-	-	582	-
International Chamber Of Com. Process.	-	625	-	625
Nova Energia Serviços Ltda.	-	450	-	450
Global Marine Power LLC (i)	-	-	247	-
DUAP Industries (i)	-	-	134	-
Engevix Engenharia S.A.	103	103	103	103
Soenergy International (i)	-	-	103	-
Somax Ambiental & Acústica Ltda.	-	-	324	522
Areva Transmissão de Energia	-	-	116	116
Outros	20	60	236	113
Total	123	1.238	7.753	2.109
Circulante	20	1.135	7.210	1.367
Não circulante	103	103	543	742

- (i) Referente a futuro fornecimento de peças, materiais e outros itens cuja utilização serão aplicadas em máquinas e equipamentos na controlada indireta RAESA.

Multiner S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ (i)	71	50	40.822	31.899
CSLL (i)	18	11	10.357	10.996
IRRF	31	20	5.720	5.276
COFINS	11	1.278	3.196	4.500
PIS	4	276	425	977
IOF	268	269	347	347
Outros impostos a recuperar	-	-	351	1.026
Total	403	1.904	61.218	55.021
Circulante	403	1.904	10.663	11.325
Não circulante	-	-	50.555	43.696

- (i) Os saldos de IRPJ e CSLL apresentados referem-se a retenções realizadas na fonte, relativamente à controlada indireta RAESA, referente ao faturamento de competência de 2009 a 2016. A Companhia concluiu o processo de análise dos créditos e já solicitou restituição dos valores via PERDCOMP's. A realização dos respectivos créditos tributários é esperada para os próximos exercícios, uma vez que a Companhia vem atuando para ajustar suas operações de modo que a mesma volte a ser superavitária auferindo assim impostos ao erário.

9. Partes relacionadas

a) Remuneração de pessoal-chave da administração

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado está apresentado na tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Administradores (pró-labore)	1.348	1.420	1.348	1.420
Conselho de administração e fiscal	790	808	790	808
Total	2.138	2.228	2.138	2.228

b) Mútuos com partes relacionadas

As transações de mútuos entre partes relacionadas possuem como finalidade o fornecimento de capital de giro às entidades do Grupo, com o objetivo de manutenção das necessidades operacionais e de investimento das mesmas. Tais transações possuem vigência máxima de 720 dias e são remuneradas por 105% do CDI, com excessão da Eólica Administração e Participação Ltda. que é remunerada pela variação da SELIC, conforme negociação específica entre as partes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve pagamento ou recebimento de juros relacionados a estas transações.

Multiner S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas--Continuação

Saldos ativos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Eólica Adm. e Part. Ltda.	84.657	73.145	84.657	73.145
Cia Energética do Uruguai S.A.	15.845	13.604	15.846	13.604
Termelétrica Itapebi S.A.	16.434	11.527	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	3.978	1.668	-	-
2007 Participações S.A.	15	13	-	-
Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A.	-	546	-	546
Termelétrica Trapiche I S.A.	-	44	-	44
Termelétrica Trapiche II S.A.	-	42	-	42
Termelétrica Termopower VI S.A.	983	819	-	-
Termelétrica Termopower V S.A.	2.980	2.526	-	-
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	1.643	1.379	-	-
Bolognesi Energia S.A. (i)	285.772	245.344	285.772	245.344
New Energy Options S.A.(iii)	81.700	108.521	81.700	108.521
Rio Amazonas Energia S.A.(ii)	26.360	95.025	-	-
Central Energética Palmeiras S.A.	57.362	49.246	57.362	49.246
Termelétrica Pernambuco III S.A.	29.162	25.037	29.162	25.037
Total	606.891	628.486	554.499	515.529

Saldos passivos:

	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Rio Amazonas Energia S.A. (ii)	1.373	72.316
Quattropar Part. e Empreendimentos Ltda.	-	-
Total	1.373	72.316

- (i) No decorrer dos exercícios de 2012 e 2013, a Multiner S.A. enviou recursos financeiros para Pernambuco III, com garantia fidejussória de Bolognesi Energia S.A., no valor de R\$ 152.459, os quais foram aplicados na construção da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 22 de março de 2013, a Bolognesi Energia S.A. assumiu a dívida da Usina Termelétrica Pernambuco III com a Companhia, de modo a viabilizar a captação de recurso via emissão de debêntures. Em 2015, a aplicação do recurso foi objeto de auditoria pela BakerTilly, empresa contratada pelo FIP Multiner que validou a destinação dos recursos.

	31/12/2016	31/12/2015
Principal	152.459	152.459
Assunção de dívida	23.968	23.968
Juros e IOF	109.345	68.917
Total	285.772	245.344

Esse valor acrescido de juros deveria ter sido utilizado no momento da capitalização indireta da Mesa S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do 1º Aditivo ao contrato de reorganização e financiamento da Companhia., assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições prévias ali expostas, conforme descritas na nota Explicativa nº 19.b.

Cabe destacar ainda que, sobre o montante, há a incidência de Imposto sobre Operação Financeira (IOF), os quais são devidamente registrados e recolhidos.

A parcela relacionada a assunção de dívida corresponde ao passivo assumido por Bolognesi Energia. Valor este devido anteriormente pelos antigos controladores da Multiner, quando da aquisição da participação acionária da Companhia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A. e Companhia de Investimento Resultado. Todas as obrigações foram objeto do Acordo de Investimento celebrado entre a Multiner, Fundo de Investimento em Participações e antigos controladores de Multiner.

Multiner S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas—Continuação

- (ii) Em 3 de março de 2016, foi deliberado em Ata de Reunião do Conselho de Administração a compensação das Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) de titularidade da Companhia, emitidas pela controlada indireta RAESA, no montante de R\$68.665, que até então estavam reconhecidos como mútuo entre a RAESA e a Companhia.
- (iii) Refere-se à Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) adquiridas no âmbito da reorganização financeira da Companhia.

Reconhecimento de juros na demonstração do resultado

(Despesa) - receita

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Bolognesi Energia S.A.	36.465	29.875	36.464	29.875
Eólica Adm. e Part. Ltda.	10.333	8.508	10.333	8.508
Central Energética Palmeiras S.A.	7.319	5.985	7.319	5.985
New Energy Options S.A.	3.431	14.607	3.431	14.607
Termelétrica Pernambuco III S.A.	3.721	3.000	3.721	3.000
Cia Energética Uruguai - CEU	2.022	1.653	2.022	1.653
Rio Amazonas Energia S.A.	361	3.753	-	-
Termelétrica Itapebi S.A.	1.907	1.794	-	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	373	307	-	-
2007 Participações S.A.	2	1	-	-
Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A.	81	67	81	67
Termelétrica Trapiche I S.A.	7	5	7	5
Termelétrica Trapiche II S.A.	6	5	6	5
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	124	108	-	-
Termelétrica Termopower V S.A.	377	332	-	-
Termelétrica Termopower VI S.A.	207	186	-	-
Total	66.736	70.186	63.384	63.705

Durante o exercício, a Companhia realizou pagamentos à D&B Assessoria e Participações Sociedade Simples ("D&B"), no montante de R\$320, que é considerada parte relacionada a acionista Companhia. O escopo dos serviços prestados pela D&B refere-se a consultoria sobre o procedimento de conversão de dívidas da RAESA em capital no exercício de 2013.

10. Arrendamento mercantil

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e com a ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, os equipamentos e edificações da controlada RAESA se caracterizam como um arrendamento mercantil financeiro, considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A., se enquadra nos aspectos exigido pela norma contábil, remunerado pela taxa de retorno de 7% a.a., de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixos das usinas. A seguir, os critérios utilizados para embasar a operação como arrendamento mercantil:

- (i) A Amazonas Distribuidora de Energia S.A. possui capacidade operacional, porém, seu direito de exercê-lo só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, ao final do contrato;

Multiner S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Arrendamento mercantil--Continuação

- (ii) Ao final do período do contrato de 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário Amazonas Distribuidora de Energia S.A. sem qualquer indenização ou pagamento devido; e
- (iii) O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deve ser única e exclusivamente para a Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

O valor reconhecido como arrendamento mercantil a receber é de R\$193.472 em 31 de dezembro de 2016 (R\$206.864 em 2015), sendo R\$14.312 (R\$13.396 em 2015) registrado como ativo circulante, e R\$179.160 (193.468 em 2015), como ativo não circulante.

Os recebimentos mínimos futuros ajustados a valor presente são os seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Até 1 ano	14.312	13.396
Acima de 1 ano até 5 anos	87.617	82.024
Acima de 5 anos	91.543	111.444
Total	193.472	206.864

11. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento da Companhia consistem em terrenos, no município de Sapeaçu/BA e Cabo de Santo Agostinho/PE, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi e em Santa Rita/PB onde seria instalada a Termelétrica Termopower VI, investidas cujas outorgas foram revogadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Terrenos	5.298	5.298	5.298	5.298
Total	5.298	5.298	5.298	5.298

Estas propriedades estão registradas ao método de custo, que representa o custo histórico de aquisição. Anualmente, a Companhia avalia o valor justo das mesmas com base em preços de mercado atualizados, determinados anualmente por avaliadores externos independentes, com licença reconhecida e pertinente (com experiência recente em avaliações de terrenos nas mesmas áreas em que tais terrenos encontram-se localizados). Os avaliadores utilizam preços observáveis no mercado, ajustados, se necessário, à natureza, localização e condições destes terrenos.

Os laudos de avaliação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram emitidos pela empresa ControlConsulting Avaliação e Gestão de Ativos LTDA. Com base nestes estudos, concluiu-se que o valor recuperável (valor de mercado deduzido custos de negociação) destes ativos é de R\$ 7.931, valor este superior ao valor contábil, não havendo assim necessidade de se constituir provisão para perda do valor recuperável (*impairment*) destes ativos, que estão reconhecidos pelo método de custo e em conformidade com a norma

Multiner S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Propriedades para investimento--Continuação

contábil vigente, CPC 01. A Diretoria da Companhia está avaliando a melhor utilização para os referidos terrenos.

12. Intangível

O intangível é composto pelo ágio gerado na aquisição de investimentos e por gastos relativos a desenvolvimento de projetos que irão gerar valor econômico futuro para a Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ágio proveniente de compra de investimento (i)	-	-	15.503	57.039
Ágio expectativa de rentabilidade futura (ii)	-	-	-	112.378
Projeto Iraí (iii)	253	254	253	254
Software	6	10	8	16
Obras de arte	-	-	34	34
Total	259	264	15.798	169.721

(i) Ágio proveniente de compra de investimento

Anualmente, a Companhia realiza projeções financeiras para os parques eólicos Alegria I e II, que constituem a investida NEO, e para a controladora da RAESA., denominada 2007 Participações S.A, sua controlada direta. As projeções realizadas pela Companhia são baseadas nas seguintes premissas:

- Período das projeções: prazo de vigência das outorgas de funcionamento da RAESA e NEO, findas em 2026 e 2031 respectivamente;
- Foram consideradas as premissas de preço contratuais para projetar a receita das investidas, levando em consideração a projeção do IGP-M – índice contratual utilizado para correção dos contratos;
- Especificamente para a RAESA, que operou em parte do exercício de 2016 com dois motores quebrados, a Companhia decidiu adotar a premissa de que os mesmos ainda estarão com falha de funcionamento em parte dos exercícios de 2017 e 2018, devido à dificuldade de manutenção dos mesmos com fornecedores. Assim, tal premissa leva em consideração a penalidade contratual ("glosa") sobre o faturamento da RAESA no período em que os motores não funcionarem;
- Foram considerados os custos regulatórios e de transmissão incorridos anualmente pelas investidas, atualizados pelo IPCA do período projetado;
- Para a RAESA, de maneira conservadora, a Companhia considerou o cenário atual de reembolso de apenas de parte do custo incorrido com o combustível adquirido com a Petrobrás Distribuidora S.A. (para mais detalhes sobre a discussão, vide nota explicativa 6), também atualizados pelo IPCA projetado;
- A Companhia não considerou a conversão das dívidas da RAESA em capital, adotando uma postura conservadora, mesmo que já exista previsão contratual em acordo de Acionistas, titulares das dívidas da RAESA. Com este cenário, a RAESA continuaria a incorrer em elevada despesa financeira no período projetado.
- As demais linhas de projeção levaram em consideração os demais custos e despesas operacionais incorridos pelas investidas, sendo atualizados pelo IPCA projetado;
- Os índices de atualização de preço utilizado nas projeções foram ajustados por projeções divulgadas pelo BACEN.

Considerando o valor presente dos fluxos de caixa projetados das participações societárias adquiridas pela Companhia em exercícios anteriores, o ágio apurado foi de R\$15.503 para NEO (UGCs Alegria I e Alegria II) e R\$76.207 para a 2007 Participações S.A (Holding da controlada indireta RAESA, que possui como UGC a UTE Cristiano Rocha).

Com base na avaliação anual de recuperabilidade destes intangíveis, no exercício de 2011, a Companhia registrou uma provisão para perda de valor recuperável no montante de R\$34.671, por falta de expectativa de recuperabilidade futura do ágio então registrado na 2007 Participações S.A., que advém da aquisição da RAESA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou análise de recuperabilidade destes ágios e identificou a necessidade de constituir provisão adicional no montante de R\$41.536, referente a este mesmo ágio.

Multiner S.A.
Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

(ii) Ágio por expectativa de rentabilidade futura

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou análise de recuperabilidade deste intangível e identificou a necessidade de constituir provisão para ajuste ao valor recuperável no montante de R\$112.378, tendo em vista a ausência de expectativa de recuperabilidade futura.

(iii) Projeto Iraí

Refere-se a 71% dos investimentos realizados pela Companhia Energética do Uruguai S.A. em estudos de revisão de inventário e de viabilidade técnico-econômica, para implantação de uma usina hidrelétrica a ser construída no rio Uruguai. Após a conclusão desses estudos, o mesmo será encaminhado à ANEEL para que seja realizado leilão para a concessão da construção e operação da usina. A Companhia está estudando maneiras de marcar o ativo para venda para recuperar os montantes já investidos no projeto.

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimento

a) Controladora - passivo (provisão para perda de investimentos)

A provisão para perda de investimento é composta pelo valor patrimonial líquido negativo das investidas na data de encerramento do período, conforme apresentado abaixo:

Informações sobre a investida em 31/12/2016	2007 Participações S.A (i)	NEO	CEU	Itapebi	Termelétrica Monte Pascoal	Termelétrica Pernambuco IV	Termelétrica Termopower V	Termelétrica Termopower VI	Total
Ativo circulante	-	44.264	-	1.268	23	-	174	76	
Ativo não circulante	-	899.368	11.132	22.530	5.075	5	-	-	
Passivo circulante	(425.384)	(356.837)	(1.678)	(41.853)	(2.285)	(605)	-	2	
Passivo não circulante	(43.861)	(768.383)	(18.908)	(16.434)	(4.028)	(9.542)	(2.978)	(1.646)	
Resultado do período	(237.104)	(60.153)	(9.454)	(81)	(1.662)	(8.717)	(443)	(254)	
Patrimônio líquido	469.245	181.588	9.454	34.489	1.215	10.142	2.804	1.568	
Percentual de participação	99%	80%	71%	100%	100%	100%	100%	100%	
Valor contábil do Investimento	(464.553)	(145.270)	(6.712)	(34.489)	(1.215)	(10.142)	(2.804)	(1.568)	(666.753)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2014	(121.563)	(28.170)	(3.462)	(24.314)	(82)	(1.353)	(2.241)	(1.307)	(182.492)
Aumento de Capital				4.532	946	83	242	172	5.975
Transferência (para ou de) passivo à descoberto	-	-	-	-	(444)	-	-	-	(444)
Equivalência patrimonial	(108.256)	(68.978)	(1.308)	(14.626)	(418)	(155)	(362)	(179)	(194.282)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2015	(229.819)	(97.148)	(4.770)	(34.408)	2	(1.425)	(2.361)	(1.314)	(371.243)
Transferência (para ou de) passivo à descoberto					403				403
Equivalência patrimonial	(229.964)	(48.122)	(6.712)	(81)	(1.662)	(8.717)	(443)	(254)	(295.955)
Provisão para perda de investimentos em 31/12/2016	(464.553)	(145.270)	(6.712)	(34.489)	(1.215)	(10.142)	(2.804)	(1.568)	(666.753)

(i) Informações consolidadas, que incluem a posição financeira da RAESA.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimento--Continuação**a. Consolidado - provisão (provisão para perda de investimento)**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na NEO no montante de R\$145.196 e na CEU no montante de R\$ 6.712. Ambas entidades não são consolidadas pela Companhia em função de não haver controle sobre as mesmas, conforme descrito na nota explicativa nº 2.

b. Controladora - ativo

Informações sobre a investida em 31/12/2016	NEO	Itapebi	Monte Pascoal	Ágio	Total
Patrimônio líquido	(82.561)	(34.488)	(1.215)		
Ativo circulante	156.986	1.269	23		
Ativo não circulante	53.198	22.530	5.075		
Passivo circulante	338.254	41.853	2.285		
Passivo não circulante	803.931	16.434	4.028		
Resultado do exercício	(66.368)	(81)	(1.662)		
Percentual de participação	80%	100%	100%		
Investimento em 31/12/2014	-	-	-	57.039 (i)	57.039
Aumento de capital					
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Transferência (para ou de) passivo à descoberto	-	-	445	-	445
Investimento em 31/12/2015	-	-	445	57.039 (i)	57.484
Equivalência patrimonial	-	-	(1.662)	-	(1.662)
Baixa por falta de expectativa de rentabilidade	-	-	-	(41.536)	(41.536)
Transferência (para ou de) passivo à descoberto	-	-	1.217	-	1.217
Investimento em 31/12/2016	-	-	-	15.503 (i)	15.503

(i) Refere-se a ágio apurado na aquisição de investimentos, conforme mencionado na nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Investimento--Continuaçãoc) Controladora - ativo--Continuação*Comprometimento de capital*

As eventuais garantias necessárias para que a investida NEO execute seu objeto social serão fornecidas, unicamente, pela Multiner mediante garantia da outra acionista da investida, Eólica Administração e Participação Ltda., proporcionalmente à sua participação no capital social da NEO. A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica Administração e Participação Ltda, quando for necessário realizar aumento de capital social da investida NEO, para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários.

A Companhia tem compromisso firmado através de acordo de acionistas de aportar o total de R\$8.094 na CEU, dos quais R\$7.026 já foram aportados até 31 de dezembro de 2016, (R\$7.026 em 31 de dezembro de 2015).

14. Imobilizadoa) Composição do saldo

Itens	Taxa de depreciação (%)	Controladora			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	526	(524)	-	-
Máquinas e equipamentos	10,0% e 6,25%	24	(15)	10	8
Móveis e utensílios	6,25%	125	(81)	45	57
Instalações	10,0%	28	(23)	5	7
Equipamentos de informática e comunicação	16,67% e 6,25% respectivamente	308	(240)	68	82
Total		1.011	(883)	128	154

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado--Continuaçãoa) Composição do saldo--Continuação

Itens	Taxa de depreciação (%)	Consolidado			
		31/12/2016		31/12/2015	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Terrenos	-	14.540	-	14.540	14.540
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	526	(526)	-	-
Máquinas e equipamentos	10,0% e 6,25%	12.853	(4)	12.849	13.384
Móveis e utensílios	6,25%	20	(15)	5	17
Instalações	10,0%	28	(24)	4	7
Equipamentos de informática e comunicação	16,67% e 6,25% respectivamente	52	(36)	16	30
Total		28.019	(605)	27.414	27.978

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado--Continuaçãob) Movimentação do imobilizado

	Controladora					Total
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	87	10	65	10	82	254
Adições	102	-	-	-	22	124
Baixas	-	-	(1)	-	-	(1)
Depreciação	(189)	(2)	(8)	(3)	(21)	(223)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	8	56	7	83	154
Adições	-	4	-	-	1	5
Baixas	-	-	(3)	-	-	(3)
Depreciação	-	(2)	(8)	(3)	(15)	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	10	45	4	69	128

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imobilizado--Continuaçãob) Movimentação do imobilizado--continuação

	Terrenos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	14.540	87	11.371	25	10	29	26.062
Adições	-	102	52.801	-	-	22	52.925
Baixas	-	-	(50.786)	(2)	-	-	(50.788)
Depreciação	-	(189)	(2)	(6)	(3)	(21)	(221)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.540	-	13.384	17	7	30	27.978
Adições	-	-	4	-	-	1	5
Provisão de ajuste ao valor recuperável (i)	-	-	(457)	-	-	-	(457)
Baixas	-	-	(79)	(3)	-	-	(82)
Depreciação	-	-	(2)	(10)	(3)	(15)	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	14.540	-	12.850	4	4	16	27.414

- (i) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou um estudo, de acordo com o CPC 01, para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação, com base no método comparativo direto de mercado. Diante dos estudos realizados, a Companhia identificou necessidade de constituição de provisão de ajuste ao valor recuperável, referente ao maquinário da controlada Itapebi, que possui outorga de funcionamento revogada. Para os demais ativos imobilizados da Companhia e de suas controladas, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de ajuste.

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Estoque

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Peças para reposição	8.999	16.062
Total	8.999	16.062

O saldo de estoque refere-se a peças para manutenção e reposição da controlada indireta RAESA.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Petrobrás Distribuidora S.A. (i)	-	-	220.276	199.523
Caterpillar Motoren GMBF & CO (ii)	-	-	37.486	42.504
Wartsila Brasil Ltda (iii)	-	-	13.549	9.675
Wartsila Finland OU (iii)	-	-	4.152	5.132
Wartsila Switzerland (iii)	-	-	6.805	8.426
EMPA S.A Serviços de Engenharia	-	-	4.428	1.103
Grau Sociedade de Advogados	1.478	-	1.478	-
Engevix Construções S.A.	745	-	745	-
Roberto Aguiar de Guimarães (v)	712	-	712	-
Medabil Sistemas Construtivos S/A (iv)	-	-	1.336	2.755
Soenergy - Sistemas Intern. de Energia S/A	-	-	756	580
Outros	1.125	1.587	3.920	6.858
Total	4.060	1.587	295.643	276.556
Circulante	4.060	1.587	295.643	273.182
Não circulante	-	-	-	3.374

(i) O montante refere-se ao consumo de combustível da investida RAESA, a ser liquidado com recursos a serem recebidos da Eletrobrás (via conta CCC), conforme Nota Explicativa nº 6.

(ii) Acordos comerciais de parcelamento de dívidas firmado entre a Companhia e a Caterpillar referente ao investimento da Companhia na Termoelétrica Itapebi S.A.

(iii) O saldo em aberto com a Wartsila refere-se a fornecimento de serviços de operação e manutenção e peças para manutenção de equipamentos das investidas. A Companhia está em tratativa com o fornecedor, no intuito de renegociar prazos e valores. Tais montantes em atraso estão sendo atualizados mensalmente pela variação cambial.

(iv) Valor refere-se a ação de cobrança, pelo rito ordinário fundamentada no inadimplemento do protocolo de intenções firmado entre Medabil Sistemas Construtivos e a controlada Termoelétrica Itapebi S.A. para a celebração do contrato de fornecimento e montagem de materiais.

(v) Valor refere-se a provisão de acordo judicial realizado com ex-diretor da Companhia, referente a ação trabalhista impetrada contra a Companhia.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IOF (ii)	33.614	24.273	35.726	25.657
IRPJ (iii)	8.957	5.790	9.432	6.109
CSLL (iii)	3.228	2.092	3.409	2.208
PIS	505	85	726	350
COFINS	3.115	567	4.043	1.722
ICMS	-	-	3.116	2.884
Outros	308	45	553	283
Total	49.727	32.852	57.005	39.213
Parcelamentos:				
ICMS (i)	-	-	7.066	15.545
Imposto Territorial Rural	82	99	82	99
Total	82	99	7.148	15.644
Total	49.809	32.951	64.153	54.856
Circulante	49.727	32.852	64.071	47.691
Não circulante	82	99	82	7.165

- (i) Refere-se a parcelamento de ICMS referente às operações de venda de energia da controlada indireta RAESA, firmado em 2012, no montante de R\$46.321, com pagamento em 60 parcelas e término em outubro de 2017.
- (ii) Refere-se a IOF gerado nas operações de mútuo entre partes relacionadas. Conforme nota explicativa de Eventos Subsequentes nº 27, a Companhia efetuou o parcelamento dos valores devidos no Programa de Regularização Tributária (PRT).
- (iii) Refere-se à reapuração de Imposto de renda e Contribuição Social de exercícios anteriores, dessa forma, apurou-se novas bases a tributar. Conforme divulgado na nota explicativa de Eventos Subsequentes nº 27. A Companhia também efetuou o parcelamento dos valores devidos no Programa de Regularização Tributária (PRT).

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos e debêntures

a) O saldo de empréstimos e financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é composto da seguinte forma

Controladora									
				31/12/2016	31/12/2015				
Financiadores/ credores	Devedor	Modalidade	Valor da contratação	Saldo devedor	Saldo devedor circulante	Saldo devedor não circulante	Saldo Devedor	Saldo devedor circulante	Saldo devedor não circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	6.424	6.424	-	5.522	5.522	-
Fundiágua (i)	Multiner	Debêntures	6.000	14.020	14.020	-	11.043	11.043	-
Total			9.000	20.444	20.444	-	16.565	16.565	-

Consolidado									
				31/12/2016	31/12/2015				
Financiadores/ credores	Devedor	Modalidade	Valor da contratação	Saldo devedor	Saldo devedor circulante	Saldo devedor não circulante	Saldo Devedor	Saldo devedor circulante	Saldo devedor não circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	6.424	6.424	-	5.522	5.522	-
Fundiágua (i)	Multiner	Debêntures	6.000	14.020	14.020	-	11.043	11.043	-
Total			9.000	20.444	20.444	-	16.565	16.565	-

Postalis (i)	Raesa	CCB	38.850	75.183	75.183	-	62.998	62.998	-
Fundos de Pensão (ii)	Raesa	CCB	165.050	213.180	213.180	-	181.612	181.612	-
Fundos de Pensão	Raesa	CCB	69.090	294.016	294.016	-	248.355	248.355	-
Total			272.990	582.379	582.379	-	492.965	492.965	-

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos e debêntures--Continuação

b) Principais características dos empréstimos e financiamentos e debêntures

Financiadores/ credores	Devedor	Atividade	Valor da contratação	Modalidade	Taxas	Data da contratação	Início	Término	31/12/2016			31/12/2015		
									Quant. parcelas	Parcelas pagas	Parcelas a vencer / vencidas	Quant. parcelas	Parcelas pagas	Parcelas a vencer / vencidas
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	3.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/2010	31/10/2010	01/07/2016	1	-	1	1	-	1
Fundiágua (i)	Multiner	Holding	6.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/2010	09/08/2010	01/07/2016	1	-	1	1	-	1

Financiadores/ credores	Empresa	Atividade	Valor da contratação	Modalidade	Taxas	Data da contratação	Início	Término	31/12/2016			31/12/2015		
									Quant. parcelas	Parcelas pagas	Parcelas a vencer / vencidas	Quant. parcelas	Parcelas pagas	Parcelas a vencer / vencidas
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	3.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/2010	31/10/2010	01/07/2016	1	-	1	1	-	1
Fundiágua	Multiner	Holding	6.000	Debêntures	9,50% a.a. + IGPM	31/05/2010	09/08/2010	01/07/2016	1	-	1	1	-	1 (i)
Postalís	Raesa	Térmica	38.850	CCB	10% a.a. + IGPM	20/04/2006	20/04/2006	25/01/2016	1	-	1	1	-	1 (i)
Fundos de Pensão	Raesa	Térmica	165.050	CCB	9,95% a.a. + IGPM	17/02/2006	17/02/2006	15/12/2016	24	6	18	24	-	24 (ii)
Fundos de Pensão	Raesa	Térmica	69.090	CCB	9,11% a.a. + IGPM	26/09/2006	26/09/2006	15/01/2027	140	6	134	140	-	140 (ii)

(i) Conversão Obrigatória

Conforme acordo celebrado no contrato de reorganização e de financiamento da Companhia, estas dívidas serão convertidas em capital, após a conclusão de determinadas ações estabelecidas no referido contrato, as quais estão descritas de forma mais detalhada na Nota Explicativa nº 19.

(ii) Negociação para Repactuação e Conversão

A Companhia está em tratativas com os detentores das CCBs (Cédulas de Crédito Bancário) para alongamento/repactuação da dívida, que teve como vencimento inicial 15 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos e debêntures--Continuação

Covenants

Em 14 de julho de 2014, a Companhia e suas subsidiárias deram seguimento a reestruturação financeira iniciada 2012, que determinou que parte das dívidas individuais e consolidadas ainda remanescentes sejam convertidas em capital ou alongadas. As CCBs da controlada indireta RAESA possuem determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) que, com esta reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado. Esses acordos assumidos com os credores resultaram em alongamento de prazos, diminuição de taxas e conversão de parte da dívida em capital, afetando os índices de forma significativa. Em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento dos *covenants* contratuais. Nesta mesma data foram liquidadas e convertidas em capital 149 de 167 debêntures em circulação.

Em 31 de dezembro de 2016, pelo fato de não ter a devida anuência formalizada pelos seus credores, a Companhia realizou a reclassificação da totalidade da dívida para o passivo circulante.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos de Rio Amazonas S.A. ("RAESA"), New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO");
- Alienação fiduciária dos equipamentos de RAESA, NEO e Termelétrica Itapebi S.A. ("Itapebi");
- Fianças bancárias em favor do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") em NEO;
- Seguro de conclusão das obras dos projetos descontratados referentes as Termelétricas Pernambuco IV S.A., Termelétrica Termopower V S.A. e Termelétrica Termopower VI S.A., Termelétrica Monte Pascoal S.A. e Itapebi;
- Aplicações financeiras em NEO;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos de NEO e RAESA;
- Penhor das ações da Sociedade de NEO;
- Fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A. e Eólica Participação S.A.; e
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$630.

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos e debêntures--Continuação

Garantias dos financiamentos--Continuação

Conforme acordo de reorganização financeira da Companhia firmado em março de 2012, no momento do fechamento da operação de reestruturação financeira da Multiner, que ocorreu em julho de 2014, as CCBs da investida NEO, com vencimento a partir de fevereiro de 2012, passaram a ter carência de até cinco anos no pagamento dos valores de principal e as CCB's da controlada RAESA tiveram seu vencimento alterado a partir de 31 de janeiro de 2015. Contudo, a Companhia está atualmente renegociando o pagamento o CCBs junto aos seus credores, para que o mesmo fique alinhado com sua capacidade de pagamento.

Em 15 de julho de 2014, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade o seguinte: (i) alterar a data do vencimento e remuneração anual para 1º de julho de 2015; (ii) autorizar o agente fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia;

A Emissora esclareceu que recomprou 149 (cento e quarenta e nove) debêntures pelo preço unitário calculado pela CETIP de titularidade da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), Fundação CELG de Seguros e Previdência (Eletra), FI Renda Fixa Ipiranga, FIM Crédito Privado Salus e Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer), restando 18 (dezoito) Debêntures em circulação.

Em 11 de junho de 2015, através de AGD, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: (i) aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, com garantia flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento para 1º de julho de 2016. Dessa forma não houve pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento; e (ii) autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia. Até 31 de Dezembro de 2016 nenhuma parcela deste instrumento fora quitada.

19. Patrimônio líquido

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--ContinuaçãoCapital social--Continuação*Ações preferenciais*

Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo. Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

a) Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$855.828 (R\$ 855.828 em 31 de dezembro de 2015) dividido em 20.280.081 ações. Segue abaixo a composição das ações:

31/12/2015						
Acionistas	Quantidade total	Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B	Ações preferencias Classe A
Bolognesi Energia S.A.	2.708.535	2.708.533	1	1	-	-
Brasilterm Energia S.A.	1.380.846	1.380.846	-	-	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	10.631.915	3.788.360	-	-	6.532.211	311.344
	14.721.296	7.877.739	1	1	6.532.211	311.344

31/12/2016					
Acionistas	Quantidade Total (i)	Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B
Bolognesi Energia S.A.	2.806.848	2.806.846	1	1	-
Brasilterm Energia S.A.	1.841.128	1.841.128	-	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	15.632.105	4.338.360	-	-	11.293.745
	20.280.081	8.986.334	1	1	11.293.745

(i) Alteração da proporção entre as quantidades de ações ordinárias e preferenciais (vide nota explicativa nº 24 - Eventos Subsequentes).

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

b) Evolução do patrimônio líquido

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi Energia S.A. comprou as ações dos antigos acionistas JABR Participações S.A, Cia. 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, através do contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas.

Nos termos desse contrato, a operação teve como objetivo:

- Refinanciamento das dívidas da Companhia e de suas subsidiárias;
- Capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas; e
- Transferência das ações da Companhia para o Grupo Bolognesi Energia S.A.

Naquela mesma data, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia que, na época, eram mantidas em tesouraria;
- Aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1, considerando:
 - (a) Total integralização do atual capital social da Companhia; e
 - (b) Necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social e aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condições: Valor do aumento de capital no montante de R\$391.636, sendo R\$99.999 através de integralização imediata, e o saldo restante equivalente a R\$291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que forem realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas a prévias autorizações especificadas na AGE.

Em 28 de setembro de 2012, conforme “Termo de Fechamento”, as ações dos antigos acionistas, Cia. 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Cia. de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade da Bolognesi Energia S.A.

Em 18 de julho de 2013, os detentores de debêntures de 2ª emissão aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner S.A. em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios.

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

b) Evolução do patrimônio líquido--Continuação

Em 27 de dezembro de 2013, foi aportado na Companhia o valor de R\$105.425 para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B. Essa emissão de ações classe A e classe B teve como objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA E METRUS), os quais integralizaram novas quotas do FIP Multiner, por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia, pelo que o FIP Multiner, que passou a ser titular de tais créditos.

Em 14 de julho de 2014, foi assinado o "Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de financiamento da Multiner S.A., alterando algumas condições do plano de recapitalização da Companhia, dentre os quais se destacam:

- Aumento de capital da Companhia no valor de R\$208.497, sendo:
 - (a) R\$152.917 por meio de emissão de 571.405 ações preferenciais subscritas e integralizadas por Multiner Fundo de Investimento em Participações;
 - (b) R\$55.580 por meio da emissão de 686.594 ações ordinárias, uma ação preferencial classe C e 1 ação preferencial classe D subscritas e integralizadas por Bolognesi Energia S.A.
- Alteração das características de ações preferenciais;
- Emissão de três lotes de bônus de subscrição; e
- Outros créditos no valor de R\$236.663, que deverão ser capitalizados pela conversão de dívidas da Postalís e Fundiágua assim que seja concluída a Listagem da Multiner no Bovespa Mais.
- Estabelece a obrigação de aporte adicional de ativos pela Bolognesi Energia S.A. na Multiner ou na Mesa Participações S.A. no montante de R\$225.921.

Em 22 de maio de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 216.780 Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 1.350.000 Ações Ordinárias e 2.348.267 Ações preferenciais da Classe B;
- Aumento de capital no valor de R\$11.171,90, com emissão de 1.117.190 ações ordinárias, pelo preço de R\$0,01 por ação, em virtude do exercício do bônus de subscrição pelos Acionistas Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.;

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

b) Evolução do patrimônio líquido--Continuação

- Alteração do Estatuto Social, em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício do bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A e Brasilterm Energia S.A.;
- O acionista Bolognesi Energia S.A realizará um aumento de capital (podendo ser em ativos ou em moeda corrente nacional) no montante R\$100.000 (corrigido pelo IPCA a partir de 28 de março de 2012) até 31 de dezembro de 2015. Adicionalmente, o acionista Bolognesi Energia S.A está obrigado a realizar outro aporte de capital de R\$ 125.921 (também corrigido pelo IPCA, a partir de 28 de março de 2016) até 31 de dezembro de 2020.

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 3 de junho de 2015, ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovação das modificações dos artigos 1, 5, 12, 13, 16, 26 e 27 do Estatuto Social e inclusão dos artigos 33 a 39, com a finalidade de adequar o Estatuto Social da Companhia às novas regras do Regulamento de Listagem Bovespa Mais - Nível 2, bem como seu pedido de registro na BM&FBOVESPA;
- Conversão de registro para categoria A na Comissão de Valores Mobiliários;
- Ampla revisão e consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando o acima.

A Companhia está em tratativas com seus credores e acionistas sobre o prazo e viabilidade para listagem no Bovespa Mais.

Em 8 de setembro de 2015, por Ata da Assembleia Geral Extraordinária ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 122.216 ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 950.000 ações Ordinárias e 1.135.000 ações Preferenciais da Classe B;
- Aumento do capital social da Companhia no montante de R\$5.585,95 (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por meio da emissão de 558.595 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e noventa e cinco) novas ações, todas ordinárias e;
- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

b) Evolução do patrimônio líquido--Continuação

Em 14 de março de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 311.344 ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 550.000 ações Ordinárias e 4.761.534 ações Preferenciais da Classe B;
- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. Até 31 de dezembro de 2016 aporte de capital por conta da Bolognesi Energia S.A.;
- A Companhia está estudando a melhor maneira de anular ou retificar os atos realizados na Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 14 de março de 2016, dado que tal alteração gerou desequilíbrio entre ações ordinárias e preferências, gerando assim um desalinhamento na legislação societária vigente.

c) Ações preferenciais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia aumentou seu capital em R\$149.526, com emissão de ações 316.275 preferenciais resgatáveis. Esse aumento de capital gerou reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$465.801.

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis (PNR) eram conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderia ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuíam direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decidisse realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ordinárias.

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação

c) Ações preferenciais--Continuação

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista optasse pela não conversão de suas ações, as mesmas seriam resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivalia ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderia ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias. Com a assinatura do Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, tais ações resgatáveis foram convertidas em ações preferenciais.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

d) Reservas de capital

Referem-se a: (i) ágio no valor de R\$78.115, gerado na Combinação de Negócios, referente a aquisição da 2007 Participações S.A. realizada em 2009 e, (ii) pela reserva de ágio de subscrição de ações, no montante de R\$465.801, pelo aumento de capital com a emissão de ações preferenciais resgatáveis realizada em 2009.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação**e) Prejuízo por ação**

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes. A tabela a seguir apresenta o prejuízo básico por ação em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015:

	31/12/2016	31/12/2015
Numerador		
Prejuízo líquido do exercício	(314.978)	(155.926)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias (i)	8.986.334	7.877.739
	11.293.74	6.843.55
Média ponderada do número de ações preferenciais – Classes A e B (i)	5	7
Número de ações preferenciais – Classe C	1	1
Número de ações preferenciais – Classe D	1	1
Remuneração das ações preferenciais – Classes A e B – 10%	1,10	1,10
Remuneração das ações preferenciais – Classe C – 9,42%	1,09	1,09
Remuneração das ações preferenciais – Classe D – 8,29%	1,08	1,08
	12.423.12	12.423.12
Média ponderada do número de ações preferenciais	2	2
Denominador ajustado		
	20.280.08	20.280.08
Denominador do resultado básico por ação	1	1
	21.409.45	21.409.45
Denominador do resultado básico por ação ajustado	6	6
Prejuízo básico por ação		
Prejuízo básico por ação ordinária	(0,01471)	(0,00728)
Prejuízo básico por ação preferencial – Classes A e B	(0,01628)	(0,00801)
Prejuízo básico por ação preferencial – Classe C	(0,01610)	(0,00797)
Prejuízo básico por ação preferencial – Classe D	(0,01593)	(0,00789)
Composição do prejuízo		
Prejuízo alocado às ações ordinárias	(132.208)	(65.448)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – Classes A e B	(182.770)	(90.478)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – Classe C	(0)	(0)
Prejuízo alocado às ações preferenciais – Classe D	(0)	(0)
Total	(314.978)	(155.926)

- (i) Em 14 de março de 2016, conforme descrito na nota explicativa 19.b, foi aprovada a conversão de 311.344 ações preferenciais da Classe A em 550.000 ações ordinárias e 4.761.534 ações preferenciais da Classe B. Como as ações possuem direitos distintos, para o cálculo do resultado por ação a Companhia considerou a atual composição de ações para o exercício comparativo. A Companhia entende que a transação ocorreu sem ingresso de novos recursos, sendo assim necessário ajustar a composição de ações por tipo, como se o evento tivesse ocorrido no início do último exercício apresentado, conforme o pronunciamento CPC 41. Assim, tanto o numerador (prejuízo líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido--Continuação**e) Prejuízo por ação--Continuação**

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o resultado básico e o resultado diluído por ação são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do resultado do exercício que determina o lucro (prejuízo) por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

Para ambos os exercícios, a Companhia não tem nenhum instrumento potencial equivalente a ações ordinárias que pudesse ter efeito dilutivo. Desta forma, o resultado básico é equivalente ao resultado diluído por ação.

20. Provisão para demandas judiciais**a) Causas prováveis**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Demandas judiciais cíveis	-	-	8.610	-
Demandas judiciais trabalhistas	1.318	1.157	1.318	471
Total	1.318	1.157	9.928	471

b) Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía em andamento sete processos judiciais, cujo montante total aproximado é de R\$133.826 na controladora (R\$ 67.938 em 31 de dezembro de 2015) e R\$186.535 (R\$ 232.065 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, não sendo necessária a constituição de provisão para contingências.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para demandas judiciais--Continuação

Polo Ativo	Passivo	Natureza	Controladora		Consolidado	
			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Postalis (ii)	RAESA	Cobrança	-	-	129.000	-
ANEEL	Multiner	Regulatória	-	32.938	-	105.672 (i)
ANEEL (v)	RAESA	Regulatória	-	-	-	-
Tecmon Montagens Ltda (iii)	Multiner	Cobrança	-	-	41.133	-
Amazonas Distribuidora de Energia SA (iv)	RAESA	Cível	-	-	11.576	-
Distribuidoras diversas	Multiner	Cível	-	35.000	-	105.000 (i)
Outros	Multiner	Diversas	4.826	-	4.826	-
Total causas possíveis			4.826	67.938	186.535	210.672

- (i) A variação da Controladora para o Consolidado refere-se as empresas com outorgas revogadas, estando tais discussão relacionada à execução, por parte da ANEEL e diversas distribuidoras, do seguro garantia das outorgas revogadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a ANEEL deu provimento aos recursos impetrados pela Companhia, dando encerramento às discussões.
- (ii) Refere-se ao processo nº 2016.01.1.1013556-3 cuja discussão trata-se de ação de execução movida pela Postalis em face da controlada indireta RAESA. Em primeira instância, o processo foi julgado extinto vez que para o ajuizamento de ação de execução com base em cédula de crédito bancário (CCB's), é necessário apresentar o original assinado pelas partes. Após a prolação da sentença, a Postalis ingressou com Recurso de Apelação e contra todos os entendimentos jurisprudenciais, houve reforma da decisão de 1ª instância em 22.03.2017, tendo sido cassada a sentença. A RAESA opôs Embargos de Declaração com efeitos infringentes e em 20.04.2017, foi aberto prazo para que a Postalis responda aos argumentos da RAESA.
- (iii) Refere-se ao Procedimento Arbitral nº 04/2016 e nº 05/2016 em face da Termopower V, Termopower VI., por meio dos quais a empresa Tecmon Montagens Técnicas Industriais Ltda. discute multa da rescisão do contrato. O termo de arbitragem foi assinado em 19 de dezembro de 2016, restando consignado que, preliminarmente, deveriam ser apresentadas manifestações das partes a respeito da legitimidade para figurar no polo passivo do procedimento arbitral. A Companhia apresentou sua manifestação em 10 de fevereiro de 2017. No entanto, para prosseguimento da Arbitragem, seria necessário o pagamento de quantia por parte das requeridas, o que não ocorreu. Diante do não pagamento pela Companhia, a TECMON seria obrigada a arcar com os custos da Arbitragem, o que igualmente não foi realizado. Tendo em vista a recusa de cobertura dos custos da Arbitragem pela TECMON, a Companhia entende que o procedimento será extinto.
- (iv) Refere-se ao processo nº 2009.01.1.010243-8 cuja parte autora, em sua petição inicial, alegou ser uma sociedade de propósito específico constituída com a finalidade de implantação, operação e manutenção de uma usina termelétrica para geração de energia elétrica. Em maio de 2005 a autora e a ré celebraram o Contrato de Suprimento de Energia nº OC-1819/2005, tendo por escopo o fornecimento de energia elétrica para suprimento da demanda da Manaus Energia como concessionária do referido serviço público. Neste contrato a Eletronorte assumiu a condição de responsável solidária pelas obrigações assumidas pela Manaus Energia. Pelo referido contrato, a autora comprometeu-se a fornecer energia à primeira requerida; as rés, por outro lado, comprometeram-se a remunerar a energia fornecida pela autora, reajustando os preços pela variação do IGPM a cada ano de contrato, sempre no mês de novembro. Alegou, contudo, que as requeridas não vêm honrando com suas obrigações contratuais. O pedido foi julgado procedente pelo Tribunal de Justiça de Brasília e atualmente, os autos encontram-se no STJ para julgamento do Recurso Especial movido pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A.
- (v) Refere-se a processo discutido na esfera administrativa, impetrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF), pelo atraso na conversão a gás da UTE Cristiano Rocha, unidade da controlada indireta RAESA – em 18 meses e suposta utilização indevida dos recursos da conta CCC por este mesmo período. Em fevereiro de 2017, a diretoria da ANEEL julgou como improcedente o aspecto do termo de notificação emitido pela SFF que determinava o reembolso dos montantes utilizados pela RAESA indevidamente. Os demais aspectos do termo de notificação emitido pelo SFF ainda continuam em discussão e em 31 de dezembro de 2016 os montantes eventualmente envolvidos não são passíveis de mensuração.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Vendas de energia contratada (i)	113.719	103.788
Receita com operação e manutenção - O&M (ii)	23.104	25.849
Receita no mercado de curto prazo	74	-
Total receita bruta	136.897	129.637
PIS (iii)	(1.693)	(1.955)
COFINS (iii)	(7.799)	(9.007)
ICMS	(34.209)	(32.410)
Glosa de potência garantida (v)	(17.892)	(1.020)
Pesquisa e desenvolvimento - RAESA	(922)	(852)
Arrendamento mercantil - RAESA (iv)	(27.016)	(27.038)
Total deduções	(89.531)	(72.282)
Receita líquida de vendas	47.366	57.355

(i) Receita fixa de venda de energia contratada

O valor apresentado como potência contratada refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Distribuidora de Energia S.A., o qual prevê o pagamento pela potência garantida de 65 MW.

(ii) Receita com Operação e Manutenção - O&M

O valor apresentado como O&M refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Distribuidora, o qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente.

(iii) PIS e COFINS

Os impostos apurados a título de PIS e COFINS são calculados às alíquotas de 1,65% de PIS e 7,60% de COFINS sobre as receitas oriundas do faturamento da controlada indireta RAESA.

(iv) Arrendamento mercantil - RAESA

O montante refere-se à amortização do arrendamento financeiro da RAESA, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

(v) Glosa de potência garantida

O montante de R\$ 17.892 refere-se a glosa na receita da controlada indireta RAESA, por indisponibilidade de geração de energia contratada, durante os meses de Maio a Dezembro de 2016.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Custo das vendas e dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Comercialização de energia no mercado de curto prazo	(2.152)	(221)
Operação e manutenção - peças e serviços (i)	(14.349)	(12.634)
Óleo lubrificante	(3.113)	(2.902)
Aluguel de máquinas e equipamentos	(3.429)	(3.373)
Salários e encargos	(4.273)	(3.639)
Outros	(614)	(172)
Total	(27.930)	(22.941)

(i) Saldo de operação e manutenção representa os valores investidos em manutenção periódica dos motores da controlada indireta RAESA. Inclui-se nesse saldo a aplicação de peças e mão de obra dispendida com essa aplicação.

23. Despesas operacionais**a) Gerais e administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para contingências	(161)	(272)	(9.049)	(10.543)
Impostos e taxas	(4.812)	(3.016)	(6.116)	(4.321)
Serviços jurídicos	(4.918)	(181)	(5.684)	(1.099)
Processos judiciais	(1.352)	(1.417)	(2.507)	(1.417)
Serviços de consultoria administrativa	(1.475)	(1.414)	(1.886)	(1.490)
Aluguel	(1.670)	(1.517)	(1.702)	(1.548)
Honorários de administração	(1.348)	(1.420)	(1.348)	(1.442)
Honorários de conselho	(790)	(808)	(790)	(808)
Luz, água, telefone e internet	(460)	(579)	(779)	(804)
Serviços de auditoria	(637)	(98)	(637)	(148)
Viagens	(490)	(650)	(579)	(696)
Multas contratuais	-	-	(462)	-
Serviços de engenharia	(1.061)	(1.203)	(1.061)	(1.635)
Outros	(1.751)	(1.214)	(3.292)	(3.590)
Total das despesas gerais e administrativas	(20.925)	(13.789)	(35.892)	(29.541)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a controlada indireta RAESA incorreu R\$120 em gastos com pesquisa e desenvolvimento (R\$120 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia e as demais investidas não incorreram em gastos com pesquisa e desenvolvimento no exercício.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Despesas operacionais--Continuação**b) Outras (receitas) despesas**

Outras despesas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ajuste ao valor recuperável de ágio (i)	(41.535)	-	(145.875)	-
Baixa de estoque através de inventário (ii)	-	-	(14.253)	-
Amortização de ágio - <i>goodwill</i>	-	-	(8.497)	(10.602)
Reversão de provisão para demandas judiciais (iii)	542	680	16.618	813
Outras receitas (despesas)	(3)	(40)	(1.307)	(256)
Total de outras despesas	(40.996)	640	(153.314)	(10.045)

- (i) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12, foi realizada a análise da recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura, referente à investida 2007 Participações S.A. Dessa forma, identificou-se a necessidade de *impairment* no saldo registrado.
- (ii) No exercício de 2016, foi realizado o inventário físico da controlada indireta RAESA. Nesse processo identificou-se a necessidade de baixa do montante de R\$14.253 para regularização do saldo contábil do ativo. A Companhia vem mantendo controle de estoque, através de metodologia de controle desenvolvidos internamente.
- (iii) Do saldo de reversão de despesa, o montante de R\$15.590 refere-se ao ajuste do processo da Caterpillar, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Rendimento de aplicação financeira	70	143	447	463
Juros ativos sobre mútuo	66.736	79.003	58.522	59.306
Juros ativos sobre créditos tributários	35	33	4.760	4.053
Variações cambiais ativas	257	335	4.251	2.667
Juros sobre arrendamento financeiro	-	-	13.623	14.500
Descontos obtidos	1	-	71	108
Juros ativos contratuais	-	-	216	-
Outras receitas financeiras	61	-	61	-
Total de receitas financeiras	67.160	79.514	81.951	81.097
Juros sobre Cédula de Crédito Bancário (CCB)	-	-	(87.023)	(104.696)
Multas passivos sobre débitos tributários	(2.825)	(1.713)	(3.190)	(1.946)
Juros passivos sobre mútuo	(2.657)	(8.886)	(7.302)	(11.229)
Juros sobre debêntures	(3.879)	(2.870)	(3.879)	(2.870)
Despesas bancárias	(19)	(18)	(26)	(22)
Multas contratuais	(48)	(41)	(29.113)	(10.100)
Multas passivos sobre débitos tributários	(3.262)	(1.050)	(6.803)	(3.180)
Variações cambiais passivas	(284)	(299)	(2.071)	(5.113)
Descontos concedidos	-	-	(1)	-
Impostos sobre Operação Financeira (IOF)	(2.782)	(1.142)	(4.027)	(2.190)
Juros contratuais	(2)	(1)	(26.592)	(8.797)
Outras despesas financeiras	(769)	(51)	(1.716)	(587)
Total de despesas financeiras	(16.527)	(16.071)	(171.743)	(150.730)
Total do resultado financeiro	50.633	63.443	(89.792)	(69.633)

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(307.243)	(143.987)	(309.627)	(145.089)
Adições (exclusões)				
Redução ao valor recuperável	41.536	-	146.332	-
Equivalência patrimonial	295.955	194.281	50.065	70.284
Reversão de provisão para contingências	-	-	(12.202)	-
Provisão para contingências - cíveis	-	-	8.661	-
Provisão (reversão) para contingências - trabalhistas	161	(407)	123	(370)
Reversão de outras provisões	-	-	(1.336)	-
Despesas indedutíveis	2.192	514	2.332	598
Participação de acionistas não controladores	-	-	2.376	1.102
 Lucro real antes da compensação do prejuízo fiscal	 32.601	 50.401	 32.601	 50.401
 Prejuízo fiscal compensado	 (9.780)	 (15.120)	 (9.780)	 (15.120)
Base tributável	22.821	35.281	22.821	35.281
IR	(5.681)	(8.764)	(5.681)	(8.764)
CSLL	(2.054)	(3.175)	(2.054)	(3.175)
Encargo fiscal	(7.735)	(11.939)	(7.735)	(11.939)
Alíquota efetiva	2,52%	8,29%	2,50%	8,23%

A Companhia e suas controladas não registram impostos diferidos sobre créditos fiscais enquanto suas operações não apresentarem base tributável de resultados que garantam a realização desses créditos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas acumulavam prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social que não são base para impostos diferidos ativos, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo fiscal e base negativa	206.635	216.015	813.049	676.952

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Diretoria da Companhia.

Valor justo versus valor contábil

A Diretoria da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		Controladora			
		31/12/2016		31/12/2015	
	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Empréstimos e recebíveis	3	3	676	676
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9b)	Empréstimos e recebíveis	606.891	606.891	628.486	628.486
Propriedades para investimentos (Nota 11)	Ativos financeiros disponíveis para venda	5.298	7.931	5.298	5.298
Passivo circulante e não circulante					
Fornecedores (Nota 16)	Empréstimos e recebíveis	4.060	4.060	1.587	1.587
Mútuo com Partes Relacionadas (Nota 9b)	Empréstimos e recebíveis	1.373	1.373	72.316	72.316
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 18)	Custo amortizado	20.444	23.432	16.565	19.491

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--ContinuaçãoValor justo versus valor contábil--Continuação

		Consolidado			
		31/12/2016		31/12/2015	
	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
(Ativo circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Empréstimos e recebíveis	282	282	706	706
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9b)	Empréstimos e recebíveis	554.499	554.499	515.529	515.529
Propriedades para investimentos (Nota 11)	Ativos financeiros disponível para venda	5.298	7.931	5.298	5.298
(Passivo circulante e não circulante)					
Fornecedores (Nota 16)	Empréstimos e recebíveis	295.643	295.643	276.556	276.556
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	Custo amortizado	602.823	690.943	509.530	599.538

Para todas as operações apresentadas na tabela acima, exceto financiamentos e debêntures e propriedades para investimentos, que por sua vez é registrada pelo método de custo e conforme norma divulgado a valor justo, a Diretoria da Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--ContinuaçãoHierarquia de valor justo--Continuação

Controladora					
	Nível	31/12/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Nível 1	3	3	676	676
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9b)	Nível 2	606.891	606.891	628.486	628.486
Propriedades para investimentos (Nota 11)	Nível 2	5.298	7.931	5.298	5.298
Passivo circulante e não circulante					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 18)	Nível 2	20.444	23.432	16.565	19.491
Consolidado					
	Nível	31/12/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	Nível 1	282	282	706	706
Mútuos com partes relacionadas (Nota 9b)	Nível 2	554.499	554.499	515.529	515.529

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

- Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação.
- Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--ContinuaçãoAdministração financeira de risco

A Diretoria da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Riscos de mercado.

a) *Risco de liquidez*

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as informações contábeis intermediárias, e os juros a vencer até o final do contrato.

Controladora							
31 de dezembro de 2016	Valor Contábil	Fluxo Contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (Nota 16)	4.060	4.060	4.060	-	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 18)	20.444	20.444	20.444	-	-	-	-
Consolidado							
31 de dezembro de 2016	Valor Contábil	Fluxo Contratado	Até 12 meses	2 anos	3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores (Nota 16)	295.643	295.643	295.643	-	-	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 18)	602.823	602.823	602.823	-	-	-	-

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--ContinuaçãoAdministração financeira de risco--Continuação**b) Risco de crédito**

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Diretoria.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	3	676	282	706
Mútuos com Partes Relacionadas (Nota 9b)	606.891	628.486	554.499	515.529

c) Risco de mercadoRisco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	3	676	282	706
Mútuos com Partes Relacionadas (Nota 9b)	606.891	628.486	554.499	515.529
Propriedades para investimentos (Nota 11)	5.298	7.931	5.298	7.931
Passivos				
Fornecedores (Nota 16)	4.060	1.587	295.643	276.556
Mútuos com Partes Relacionadas (Nota 9b)	1.373	72.316	-	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 18)	20.444	16.565	602.823	509.530

Notas Explicativas**Multiner S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação**Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2016**

A Diretoria considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IGP-M em 31 de dezembro de 2016. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

Nos termos do item 14 do CPC 012 dada a ausência de uma estimativa confiável para a apuração do prêmio de risco adequado para os empréstimos e financiamentos, dada ausência de negociação no mercado secundário dos passivos, e impactos decorrentes do adimplemento, ou não, do Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. por suas contrapartes, adotamos como taxa de desconto a taxa livre de risco (SELIC) para o cálculo do valor presente dos endividamentos para fins de apuração do valor justo.

		Controladora				
	31/12/2016	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Instrumentos financeiros passivos						
Variação SELIC		7,31%	10,96%	14,62%	18,27%	21,93%
Debêntures (Nota 18)	20.444					
Exposição		1.494	2.241	2.988	3.736	4.483
		Controladora				
	31/12/2015	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Instrumentos financeiros passivos						
Variação SELIC		8,83%	13,25%	17,66%	22,08%	26,50%
Debêntures (Nota 18)	16.565					
Exposição		1.463	2.195	2.926	3.658	4.389

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2016--Continuação

		Consolidado				
	31/12/2016	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
<i>Instrumentos financeiros passivos</i>						
Variação SELIC		7,31%	10,96%	14,62%	18,27%	21,93%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 18)	602.823					
Exposição		44.060	66.090	88.120	110.150	132.180
		Consolidado				
	31/12/2015	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
<i>Instrumentos financeiros passivos</i>						
Variação SELIC		8,83%	13,25%	17,66%	22,08%	26,50%
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 18)	509.530					
Exposição		45.004	67.506	90.008	112.510	135.012

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de IGP-M divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Diretoria da Companhia entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2016--Continuação

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras;
- Clientes;
- Empréstimos e financiamentos;
- Debêntures; e
- Fornecedores.

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Eventos subsequentes

Auto de infração fiscal

Em 17 de janeiro de 2017 foi lavrado pela Receita Federal do Brasil, o Termo de ciência de lançamentos e encerramento total do Procedimento Fiscal nº 0710800.2014.01301. O presente procedimento verificou, por amostragem, o cumprimento das obrigações tributárias, resultando na lavratura do lançamento de ofício especificado abaixo:

Processo	Documento	Tributo	Crédito tributário
12448-720.223/2017-73	Auto de Infração	CIDE REMESSAS	183
12448-720.155/2017-42	Auto de Infração	IOF	17.870
12448-720.351/2017-17	Auto de Infração	IRRF	16
Total			18.069

A Companhia efetuou o parcelamento dos débitos acima através do Programa de Regularização Tributária (PRT), com aproveitamento dos benefícios fiscais, conforme mencionado a seguir.

Adesão aos Programas de Parcelamento de Impostos Federais

A Companhia efetuou a revisão tributária dos últimos cinco exercícios, com base nas reapresentações contábeis. Desta forma, identificou-se saldos a pagar de Impostos de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) e Imposto Sobre Operação Financeira (IOF). O montante apurado foi inserido no Programa de Recuperação Tributária (PRT), através da Instrução Normativa RFB nº 1.687, de 31 de janeiro de 2017. O parcelamento foi efetuado em 24 vezes e o saldo remanescente compensado com créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição acumulados.

Porém, em maio de 2017 o Governo Federal lançou o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Medida Provisória nº 783 (prorrogada pela MP nº 798 e depois pela MP nº 804), concedendo novos benefícios para quem possuía dívidas de até R\$ 15 milhões como: entrada de 7,5% do valor total, dividida em até 5 parcelas a vencer entre agosto a dezembro de 2017, desconto de 90% sobre os juros e de 50% sobre as multas apuradas além da compensação do saldo remanescente com o créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição apuradas em exercícios anteriores.

Sendo assim, para as investidas Raesa e Termelétrica Itapebi optou-se pela migração do programa de parcelamento PRT para o programa de parcelamento PERT.

Processo de investigação independente conduzido pela BDO

Considerando o objetivo do escopo inicial dos trabalhos, onde havia previsão do processo de investigação independente sobre as contas da Companhia e suas investidas dos exercícios de 2015 e 2016 ("FASE I"), e sobre as contas dos exercícios de 2008 a 2014 (FASE II) e que teve por objetivo realizar a investigação forense visando obter informações sobre possíveis

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Eventos subsequentes--Continuação

não conformidades e/ou eventuais ilicitudes e/ou fraudes relacionadas à contratação de fornecedores de bens ou serviços no período, deu-se por concluído em março de 2017 de forma preliminar. Entretanto, a Companhia continua trabalhando para atender as deficiências apontadas no relatório inicial.

Processo judicial após exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Processo nº 0429239-20.2016.8.19.001

Trata-se de ação de cobrança, ajuizada pela Petrobras Distribuidora S.A. (BR Distribuidora) contra a RAESA, tendo por objeto inadimplemento no que tange ao pagamento da contraprestação pelo fornecimento do óleo combustível utilizado pela UTE Cristiano Rocha, em Manaus-AM, decorrente do contrato de fornecimento de óleo combustível subsidiário do Contrato de Suprimento de Energia nº OC 1819/2005, firmado em 20/05/2005, pela RAESA e pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A. O valor do débito em questão seria de R\$ 208.318. Como provas fundamentais, a BR Distribuidora juntou aos autos um rol de notas fiscais relativas aos supostos valores em aberto, muito embora tenha reconhecido a existência de “pagamentos parciais” de alguns desses valores, sem, contudo, especificá-los.

No momento aguarda-se uma manifestação da juíza a respeito dessas preliminares e também do pedido de realização de perícia sobre os números apresentados pela BR Distribuidora.

Importante esclarecer que os valores em aberto junto à BR Distribuidora, ora perseguidos nessa ação de cobrança, são correlatos ao inadimplemento da Eletrobrás para com a RAESA, no que tange ao ressarcimento da CCC-Isol, fundo setorial destinado a neutralizar os custos adicionais da geração termelétrica, que está sendo debatido nos autos do Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400 (nº original 2009.34.00.029716-4 – em trâmite no TRF da 1ª Região), processo no qual já foram proferidas 6 (seis) decisões judiciais destinadas ao reestabelecimento dos repasses regulares da CCC-Isol à RAESA, mas que ainda não transitou em julgado.

Cumprе ressaltar que o passivo decorrente do fornecimento de óleo combustível foi criado durante o período de tramitação do Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400, em razão do descumprimento das decisões judiciais pela Eletrobrás, de forma que a cobrança da BR Distribuidora, ajuizada no Rio de Janeiro/RJ, se relaciona diretamente aos valores abordados no indicado Mandado de Segurança, que tramita em Brasília/DF.

Nesse sentido, esclarece-se, por fim, que o passivo criado durante a tramitação do MS nº 0029183-21.2009.4.01.3400, recentemente, tornou-se objeto de execução provisória proposta com a finalidade de se perseguir a efetivação destes créditos em prol da companhia.

Esta execução provisória tramita perante o mesmo juízo originário em que tramitou o mandado de segurança referente à CCC-ISOL (4ª Vara Federal de Brasília), e, atualmente, aguarda a

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Eventos subsequentes--Continuação

juntada aos autos do mandado de citação da Eletrobrás, devidamente cumprido. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia já mantém provisão de R\$ 220.276 a pagar à BR Distribuidora (vide nota explicativa nº 16).

Processo nº 00173042-92.2017.8.19.0001

Em 09/08/2010, foram adquiridas pela Fundiágua 12 debêntures, não conversíveis em ações, emitidas pela Multiner. Em 14/07/14, celebrou-se o primeiro aditivo, definindo-se que as debêntures da Multiner, de titularidade da Fundiágua seriam pagas antecipadamente, mas usadas para fins de capitalização indireta de uma investida da Companhia. A capitalização indireta só seria de obrigação da Fundiágua caso algumas condições fossem cumpridas pela Multiner, o que não ocorreu. Assim sendo, antes do vencimento das debêntures (previsto inicialmente para 01/06/2014), as partes prorrogaram (na data de 27/05/14), o prazo de seus vencimentos para 15/07/2014, posteriormente para 01/07/2015 e na sequência para 01/07/2016. Como não houve nova prorrogação, as debêntures adquiridas encontram-se vencidas (vide nota explicativa nº 18), razão pela qual seu pagamento está sendo pleiteado.

Em 24/08/2017 o debenturista enviou a Companhia o mandado de execução no montante atualizado de R\$ 15.108. Em outubro de 2017 foi apresentada exceção de pré-executividade e proferida decisão com declíneo de competência para uma das varas cíveis da Comarca do Rio de Janeiro. A decisão está pendente de publicação.

A materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, não sendo necessária a constituição de provisão para contingências.

Acordos

Em 14 de setembro de 2017, a controlada Raesa firmou o instrumento de negociação dos valores em aberto com o fornecedor Wartsila (vide nota explicativa nº 16). Tais montantes referem-se ao fornecimento de serviços e manutenção e peças para manutenção de equipamentos utilizado pela UTE Cristiano Rocha, sendo essa negociação aprovada por todas as partes em 6 de dezembro de 2017. A negociação indica que a Raesa pagará o saldo devedor em parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação positiva do IPCA, com início de pagamento em janeiro de 2018 e término em maio de 2025.

Em 12 de dezembro de 2017, a Companhia e a controlada Itapebi celebraram acordo com o fornecedor Caterpillar Motoren GmbH & Co. (vide nota explicativa nº 16). Em 18 de dezembro de 2017, o acordo foi devidamente homologado pelo Juízo da 4ª Vara Federal da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, nos termos do processo nº. 0055786-98.2016.4.02.5101, mediante o pagamento de parcela inicial. Conforme acordo, a dívida será paga em prestações mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a correção monetária do IPCA, com início de pagamento em janeiro de 2018 e término em novembro de 2027.

Em 18 de maio de 2017, a controlada Raesa celebrou o acordo extrajudicial com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, no valor

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de R\$138.812 para o recebimento dos valores da conta CCC – ISOL (Conta Consumo Combustível Isolado – Vide nota explicativa 6), sendo em 14 de dezembro de 2017, homologado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Conforme acordo, o valor será recebido pela Raesa em 24 parcelas mensais consecutivas devidamente atualizadas pelo IPCA (vide nota explicativa nº 6). A transação é causa para extinção dos processos nº 2009.01.1.010243-8, 209.01.1.030564-5, 2009.01.1.139018-8 e 2012.01.1.158233-5 ajuizadas pela Raesa em face da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

Rerratificações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a rerratificação das deliberações tomadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º e 14 de março de 2016. Em especial, o de tornar sem efeito os atos realizados, dado que tal alteração gerou o desequilíbrio da proporção entre as quantidades de ações ordinárias e preferências (vide nota explicativa nº 19 b). Desta forma, cabe ressaltar que a Companhia, atualmente, equalizou o número de ações emitidas, de maneira a ficar em cumprimento com a legislação societária brasileira.

Processos de Arbitragem

Em dezembro de 2017, foram instaurados dois procedimentos arbitrais, sendo um para discutir novamente a rescisão do contrato firmado com o fornecedor Tecmon (sendo que o antigo procedimento arbitral foi extinto e reinstaurado), contratado para a construção das investidas Termoelétricas Termopower V e Termopower VI, cujas outorgas foram revogadas (vide nota explicativa nº 20 b) e outro que visa solucionar questões societárias indefinidas entre os acionistas da Companhia (vide nota explicativa nº 1.1).

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Multiner S/A
São Paulo - SP

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Multiner S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Multiner S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalvas

Conforme divulgado na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial individual e consolidado apresenta na rubrica de partes relacionadas, saldo ativo com a empresa Eólica Administração e Participações Ltda., no montante de R\$84.657 mil em 31 de dezembro de 2016, para o qual a Companhia não elaborou a conciliação da resposta de confirmação externa por nós enviada, com os seus respectivos registros contábeis. Assim, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes nos saldos individuais e consolidados dessa rubrica, registrados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

Conforme mencionado na seção adiante intitulada "Outros assuntos", os auditores antecessores da Companhia emitiram opinião com ressalva relativa à impossibilidade de acompanhamento de inventário físico de estoques referente a peças de reposição da controlada indireta Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA"), que em 31 de dezembro de 2015 totalizava R\$16.062 mil, não sendo possível concluir sobre o saldo contábil apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas daquela data. Diante disso, uma vez que os estoques iniciais afetam a determinação dos resultados das operações, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes nos saldos iniciais dessa rubrica, que pudessem afetar as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Conforme divulgado na nota explicativa 1.3 às demonstrações financeiras, o investimento indireto mantido na Companhia por determinados fundos de pensão é objeto de investigação conduzido pelas autoridades públicas no âmbito da operação denominada "Greenfield". A Companhia divulgou nesta mesma nota explicativa o resultado preliminar do processo de investigação independente conduzido por empresa especializada. Tanto este processo de investigação independente contratado pela Companhia, quanto aquele conduzido pelas autoridades públicas, encontram-se em curso. Desta forma, não é possível prever nem antecipar os desdobramentos futuros dessas investigações, nem seus eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e/ou de suas subsidiárias.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas Brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalvas" acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre determinados saldos contábeis, bem como não foi possível antecipar eventuais desdobramentos que podem resultar das investigações em andamento. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esses assuntos.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.4 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo individual e consolidado de R\$314.978 mil e R\$317.362 mil, respectivamente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e, nessa data, o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante individual e consolidado em R\$74.279 mil e R\$791.684 mil, respectivamente, além de possuir prejuízos acumulados, individual e consolidado, no montante de R\$1.515.280 mil, bem como patrimônio líquido negativo individual e consolidado de R\$115.536 mil e R\$120.273 mil, respectivamente. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas notas explicativas de 1.1 a 1.4 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia e de suas subsidiárias, e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos, ou mesmo quanto aos valores e a classificação de passivos, que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia e/ou de suas subsidiárias continuarem operando. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos nas seções intituladas “Base para opinião com ressalvas” e “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Endividamento e suas respectivas cláusulas restritivas contratuais (“covenants”) – controladora e consolidado

A Companhia e suas investidas possuem diversos contratos de dívidas em valores relevantes. Tais contratos possuem cláusulas restritivas, qualitativas e financeiras, sobre as quais a Companhia e sua controlada indireta RAESA encontram-se em descumprimento, devido ao não pagamento de parcelas de amortização do principal e respectivos juros, o que ensejou a reclassificação da totalidade do saldo devido em 31 de dezembro de 2016, para o passivo circulante, no montante de R\$20.444 mil para a controladora e de R\$602.823 mil para o consolidado. Este assunto está divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, devido à significância dos valores envolvidos, assim como pela complexa situação financeira das entidades do Grupo, que resultou no descumprimento das cláusulas contratuais.

Nossos procedimentos de auditoria para a Companhia e suas investidas incluíram: (i) leitura dos contratos de endividamento; (ii) exame da movimentação de pagamentos e entradas de novos empréstimos durante o exercício; (iii) recálculo dos juros e encargos financeiros; (iv) verificação da apropriada reclassificação da totalidade dos saldos cujos contratos encontram-se com quebra de covenants para o passivo circulante; (v) confirmação, através do envio de cartas às instituições financeiras, para confirmação dos saldos em aberto; (vi) teste do cálculo dos indicadores-chave financeiros previstos nas cláusulas restritivas, com base nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos também incluíram a revisão das divulgações dos instrumentos financeiros e respectivas garantias nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Provisão para demandas judiciais – controladora e consolidado

A Companhia e suas controladas são parte em diversas demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhistas, tributárias e cíveis, originadas no curso normal de seus negócios.

Para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é considerada “provável” pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos, são constituídas provisões, cujo valor individual e consolidado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$1.318 mil e R\$9.928 mil, respectivamente. Ainda, os passivos contingentes relacionados a processos judiciais avaliados com expectativa de perda “possível”, para as quais nenhuma provisão foi constituída, totalizam os montantes de R\$133.826 mil e R\$186.535 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016. Esse assunto está descrito na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos nos processos, ao julgamento exercido pela Administração, necessário para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente jurídico no Brasil.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação das políticas relacionadas às provisões para demandas judiciais e administrativas da Companhia, na identificação, mensuração, registro e divulgação dos respectivos riscos envolvidos; (ii) obtenção e análise de cartas de confirmação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e de suas investidas, contendo o detalhamento dos status dos processos judiciais e administrativos em andamento, bem como avaliação dos riscos envolvidos e prognóstico de perda; (iii) envolvimento de nossos especialistas em assuntos relacionados a impostos na análise das avaliações de riscos determinadas pelos assessores jurídicos internos e externos; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia e de suas investidas sobre este assunto e especificamente sobre os processos mais significativos.

Avaliação de perda por “impairment” de ativo imobilizado e intangível de investidas

A Companhia e suas controladas possuem saldo consolidado de ativo imobilizado e intangível no montante de R\$387 mil e R\$43.212 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016. A investida New Energy Options Geração de Energia S.A (“NEO”), cujos saldos não são consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia, por se enquadrar na tratativa de controle compartilhado, possui saldo de ativo imobilizado de R\$732.248 mil e de ativo intangível de R\$ 1.082 mil em 31 de dezembro de 2016. A Administração avalia,

no mínimo anualmente, o risco de “impairment” desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige a adoção de premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, de forma que quaisquer eventuais alterações nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas Demonstrações financeiras da Companhia tomadas em conjunto. Este assunto está divulgado nas notas explicativas 12 e 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na revisão do modelo de projeção de fluxo de caixa descontado para cada Unidade Geradora de Caixa (UGC), utilizado pela Administração na análise sobre a avaliação do valor recuperável; (ii) comparação com os planos mais recentes de negócios além de questionamentos sobre as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo utilizados no modelo; e (iii) determinação da extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar na avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível, considerando a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas.

Avaliamos também a adequação da divulgação desse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas realizam transações financeiras entre si, com naturezas diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro, adiantamento para futuro aumento de capital e transações operacionais, conforme descrito na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, devido à significância dos valores e diversidade das transações mantidas entre entidades consideradas como Partes Relacionadas, assim como possibilidade de que essas transações possam ser acordadas ou realizadas por condições inadequadas, fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar a adequação das condições pactuadas, e do registro e controle dessas transações incluíram: (i) avaliação da política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações ocorridas durante o exercício; (ii) realização de exame da documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração; (iii) verificação da aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia e; (iv) realização de procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes em 31 de dezembro de 2016. Avaliamos, também, a adequada divulgação desse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, em 7 de fevereiro de 2018, com uma opinião modificada sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido à impossibilidade de acompanhamento do inventário físico dos estoques da controlada indireta RAESA em 31 de dezembro de 2015, registrado em seu balanço patrimonial pela importância de R\$16.062 mil, não sendo possível, consequentemente, concluir sobre a existência destes estoques naquela data. Além disso, este relatório dos auditores anteriores continham parágrafos de ênfase relacionados aos seguintes assuntos: (i) Reapresentação das demonstrações financeiras de 2015; (ii) Incerteza em relação à continuidade operacional; (iii) Decisão desfavorável no exercício de 2016 em processo judicial que determinou o pagamento à Caterpillar Motoren GmbH & Co.; (iv) Existência de processos judiciais com probabilidade de perda “possível”; (v) Existência de Ações judiciais classificadas como probabilidade de perda “possível” e (vi) Operação Greenfield.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalvas”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC – 1SP132776/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Multiner S/A, instalado em 28 de Abril de 2017, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os relatórios da Administração da Companhia, o Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., e o Parecer da Auditoria relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, cuja elaboração obedece as instruções normativas da CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2018.

Arthur Simões Neto
Conselheiro

Cláudia Almeida Santos Franqueira
Conselheira

Délvio Joaquim Lopes de Brito
Conselheiro

Eduardo Geroges Chehab
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Multiner S/A., relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2016, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 23 de agosto de 2017.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2018.

Edésio Alves Nunes Filho
Diretor Presidente

Emiliano Stipanici Spyer Rezende
Diretor de Relações com Investidores

Alexandre Santos de Moura Leite
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Multiner S/A, relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2016, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 23 de agosto de 2017.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2018.

Edésio Alves Nunes Filho
Diretor Presidente

Emiliano Stipanovic Spyer Rezende
Diretor de Relações com Investidores

Alexandre Santos de Moura Leite
Diretor Técnico